

MARCELO VIEIRA

**“QUERO PODER EXISTIR”: CONTORNOS DA VIOLÊNCIA
SIMBÓLICA CONTRA ORIENTAÇÕES SEXUAIS NÃO
BINÁRIAS ENTRE UNIVERSITÁRIOS LGBT DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Saúde
Coletiva, da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Otávio
Moretti-Pires

FLORIANÓPOLIS

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vieira, Marcelo

"Quero poder existir": contornos da violência simbólica contra orientação sexuais não binárias entre universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina / Marcelo Vieira ; orientador, Rodrigo Otávio Moretti-Pires - Florianópolis, SC, 2015.
106 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

Inclui referências

1. Saúde Coletiva. 2. Violência Simbólica. 3. LGBT. 4.Habitus. 5. Capital Social.
I. Otávio Moretti-Pires,
Rodrigo. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. III.Título.

Este trabalho é dedicado àqueles cujo dia-a-dia é feito de um constante enfrentamento por “simplesmente” existir.

AGRADECIMENTOS

Devo iniciar, talvez por não o fazer da forma e frequência que deveria, por minha mãe, dona Hermínia Ondina Vieira, e irmã, Alessandra Vieira, pelo afeto e preciosidade em minha vida, os quais fazem parte do meu apreço por esta e me dão motivação a construí-la e pela forma em que, especialmente minha mãe, e isso ela pouco sabe, foi inspiração para o rumo de vida tomado até hoje, desde mesmo boa parte dos motivos que levaram ao estudo da violência e pelo privilégio que me foi dado de, mesmo passando alguns momentos de dificuldade, poder me dedicar somente aos estudos.

Agradeço também aos demais familiares, com a permissão de furtar alguns nomes, com especial carinho aos meus tios Sálvio e Marilene, pelo apoio pessoal e “técnico” em diversos momentos nessa minha vida acadêmica.

Ao conjunto de meus amigos mais próximos, pelo apoio incomensurável, que as palavras e citação de nomes podem reduzir a grandeza, dado nos momentos de celebração da vida e a cada vitória dessa trajetória e de alento nos momentos difíceis nesses dois anos, como naqueles que a dúvida sondava.

Aos colegas-amigos do NECST pelo trabalho conjunto e contribuição ao crescimento pessoal e intelectual. Cito eles, Deise, Ana María e Dalvan co-produtores desse trabalho. Mas devo endereçar especial agradecimento a Dalvan pelo apoio de amigo e confiança no meu potencial quando eu mesmo desacreditei desde os tempos que era meu calouro na graduação.

A Rodrigo Otávio Moretti-Pires, amigo e orientador, cuja distinção entre as duas posições é difícil precisar em muitos momentos, por ser o tutor-mor nesse trajeto desde a faculdade até o mestrado, por me mostrar os caminhos dessas minhas paixões que são a saúde coletiva e as ciências sociais, além de me apresentar e cativar ao mundo das pessoas a quem esse trabalho se dirige.

Ao professor Murilo dos Santos Moscheta, por suas colaborações sem preço na construção dessa jornada desde o início, tanto nos ensinamentos com seus apontamentos teóricos como nos momentos de vivência pessoal igualmente engrandecedores.

Aos Professores do PPGSC, por todo conhecimento compartilhado e o estímulo a seguir seu caminho de desenvolvimento do campo da saúde coletiva.

Ao João Oster, pelo trabalho mais do que profissional ajudando os mestrands desatentos com seus deveres e prazos.

Ao investimento de dinheiro público em apoio financeiro dado pelo Governo Federal nas bolsas que desfrutei, desde a bolsa permanência, de monitoria e a de mestrado, cujo auxílio foi fundamental para a conclusão de minha graduação em Nutrição e do mestrado em Saúde Coletiva.

Aos entrevistados, co-produtores desse estudo, pela vivência e aprendizado proporcionados nesses dois últimos anos, por compartilharem questões exitosas de suas vidas, mas principalmente por me acolherem e compartilharem algo do mais íntimo de suas vidas, o sofrimento de que esse trabalho trata, pela confiança em mim e em meu objetivo de levar os frutos desse trabalho para o conjunto da sociedade e especialmente da comunidade LGBT. Esse trabalho só foi possível graças a eles e para eles.

RESUMO

Os estudos acerca da violência têm figurado de maneira privilegiada entre as pautas acadêmicas e da mídia diante da sua forte presença na sociedade. Aspecto aparentemente ignorado, a violência simbólica é elemento constante na vida das pessoas LGBT, pelas sanções da heteronormatividade e suas imposições aos não binários, com variadas formas de manifestação em diversos ambientes. O presente estudo buscou identificar quais são e como se manifestam as experiências de violência simbólica entre estudantes universitários LGBT, aqueles identificados e os que não como militantes do movimento, a partir de suas narrativas. Com estas, tratou-se ainda de levantar as formas de enfrentamento da violência simbólica desenvolvidas para a existência dentro de um *habitus* heteronormativo. Utilizando o arcabouço teórico de Bourdieu acerca da violência simbólica e do capital social para análise, fez-se uso de entrevistas não estruturadas sobre a história de vida dos entrevistados, buscando experiências de violência simbólica e as formas de enfrentamento desenvolvidas diante delas, como desenvolvimento de capital social. A violência se mostrou como elemento cotidiano na vida dos dois grupos de LGBT, manifesta em diversos ambientes e instituições, com primazia na família e escola, desde “coisas pequenas do dia-a-dia” até formas mais diretas de preconceito e discriminação cujo conteúdo heteronormativo ridiculariza as orientações sexuais não binárias, além de reprimir ou deslegitimar as expressões das sexualidades frente aos heterossexuais. Diante dessa determinações do *habitus* heteronormativo, os indivíduos desenvolvem recursos para seu enfrentamento, cuja aquisição de capital social apareceu como elemento central em sua vontade de criar meio de existir além do binarismo, como pessoas.

Palavras-Chave: Violência Simbólica. Habitus. LGBT. Capital Social. Heteronormatividade.

ABSTRACT

Studies about violence have figured in a privileged way between academic agendas and the media because of its strong presence in society. As an aspect apparently ignored, symbolic violence is a constant element in the lives of LGBT people, by sanctions of heteronormativity and its charging of non-binary, with several manifestations in different environments. This study sought to identify the manifestations of symbolic violence experiences between LGBT college students, those identified and not as militants of the movement starting from their narratives. With these, We also attempted to gather the means of fighting symbolic violence developed to exist within a heteronormative *habitus*. Using Bourdieu's theoretical framework about symbolic violence and social capital for analysis, unstructured interviews were used on the life story of respondents, seeking experiences of symbolic violence and ways of standing up to against them developed, as social capital development. Violence showed up as a daily element in the life of both LGBT groups, manifested in different environments and institutions, with primacy in the family and school, since from the "little things of day-by-day" to even more direct forms of prejudice and discrimination which heteronormative content ridicules non-binary sexual orientations, and repress or delegitimize the expressions of sexualities in front of heterosexuals. Given these determinations of heteronormative *habitus*, individuals develop resources for their confrontation, the development of social capital appeared as a central element in their desire to create means to exist beyond the binary, as persons.

Keywords: Symbolic Violence. Habitus. LGBT. Social Capital. Heteronormativity

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das características dos universitários entrevistados.....	42
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBT– Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Travestis, Transgênero e Transexuais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Violência como realidade social construída.....	09
1.2 Os discursos da diversidade sexual.....	10
1.3 A violência na realidade social das pessoas LGBT.....	12
1.4 A construção social da violência.....	14
1.5 Contra-discursos.....	19
1.6 O papel da militância.....	23
1.7As relações de poder e gênero em Bourdieu.....	24
2. OBJETIVOS.....	35
2.1.Objetivo geral.....	35
2.2Objetivos específicos.....	35
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	37
3.1 Local e colaboradores do estudo.....	37
3.2 Passo-a-passo entrevista com militantes.....	39
3.3Passo-a-passo entrevista com militantes não militantes.....	40
3.4 Mudança de percurso.....	41
3.5 Delineamento teórico-metodológico.....	44
3.6 Considerações éticas.....	45
4.RESULTADOS.....	46
5.CONSIDERAÇÕESFINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE A.....	86
ANEXO A.....	87

1. INTRODUÇÃO

1.1 Violência como Realidade Social Construída

A violência, quando tomada por sua amplitude de manifestações, é inegavelmente tema presente na pauta das discussões, estudos e elaboração de políticas públicas, fato perceptível diante do seu crescimento mundial no percurso das últimas décadas.

Sua magnitude é tal qual sua influência na mudança do perfil de morbi-mortalidade em nível internacional, notadamente nos centros urbanos (BRASIL, 2005). Em nosso país a mortalidade por violência situa-se entre as principais causas (SARTI, BARBOSA, SUAREZ, 2006), diante da então vigente transição epidemiológica, com seus primórdios nos anos 1960, pela mudança no padrão das causas de mortalidade a partir das doenças infecto-parasitárias e seu salto coincide com a intensificação da urbanização do território (MINAYO, SOUZA, 1998).

A expressão numérica da violência enquanto problema de saúde é significativa e de ampla gama de impactos sobre os afetados e as demandas originadas para a atuação do Estado que a configuram como verdadeiro problema de saúde pública.

Para podermos trabalhar o assunto de modo mais pragmático, um conceito pode ter valor instrumental. Nesse caminho, Minayo e Souza (1998), ao tratarem as violências, em virtude das variadas manifestações, suas pluricausalidade e polissemia que possui, definem como sendo: “ações humanas de indivíduos, grupos classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual”. Essa delimitação, principalmente no que tange às conseqüências sobre os indivíduos, é capaz de suscitar a relação estreita da saúde com a violência, de onde se tira que (AGUDELO, apud MINAYO, SOUZA, 1998) “A violência afeta a saúde porque ela representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima”. Assim nascem as demandas diretas e indiretas para os

serviços de saúde, seja na urgência, na reabilitação ou assistência social (OPAS, 1995).

Sustentando a multiplicidade conceitual existem correntes epistemológicas que, a citar algumas, sustentam a violência como necessidade biológica, imanente à espécie humana e necessária à perpetuação da espécie em sua evolução, como no caso da etologia social; há aquelas que sustentam o caráter violento como condição psicológica, assim portanto aproximando-se da primeira, com exploração de caráter mais “subjetivo”, sobrepondo-se aos sujeitos sociais, sem ir muito em busca das causas, com foco recaindo sobre os resultados do meio sobre o indivíduo; e as que fundamentam sua teoria da violência como aspecto social, sendo que ela irrompe como fruto de sujeitos superiores ao indivíduo, desequilíbrios sociais, ou seja, causas no nível macro social implicam ações individuais, como no caso da corrente marxista (MINAYO, SOUZA, 1998). Sendo esta aqui empregada como “ferramenta” de compreensão.

As manifestações existentes das “causas externas” já supracitadas de morbi-mortalidade recaem sobre as violências letais e não letais, para esta última incluímos toda a variedade de atos violentos em termos psicológicos, verbal, sexual, os provindos de negligência e adicionamos aqueles institucionais e os próprios da violência de gênero.

As formas específicas de violência enfrentadas pela população alvo deste estudo na trajetória de suas vidas, no contexto de suas causas e conseqüências, são buscadas neste trabalho.

1.2 Os Discursos da Diversidade Sexual

A diversidade sexual configura assunto bastante emergente no transcurso das últimas décadas, com gradual ganho de espaço em meios distintos da vida pública, política e com crescente apropriação pelo campo científico, seja, por diferentes motivações, entre biologia, psicologia entre outras a citar, no entanto notadamente entre as ciências sociais recebeu maior e árduo empenho intelectual em aprofundar noções, trazer à tona outras referentes a sentidos e discursos que constroem a diversidade, em face das situações vividas pelos grupos,

vistos como minorias, formadores da diversidade e a visibilidade de suas lutas por direitos.

Para tratá-la, recorreremos ao conceito de gênero, encarando-o como um dos componentes do ser humano enquanto membro de sua sociedade. Importante legado dos estudos feministas (PEDRO, 2005), tem ganhado notoriedade e abordagens variadas com multiplicidade de linhas epistemológicas.

Para definir a diversidade sexual parte-se da compreensão de que o gênero é entidade socialmente construída, não uniforme ao longo da história possuindo variações entre diferentes sociedades e em distintos momentos ao longo do tempo; constituindo-se em papéis sociais, modos de ser e agir, desempenhados pelas pessoas conforme sua condição, determinados por relações de poder encontradas no cerne da estrutura social (PEDRO, 2005).

Erguendo um de seus pilares temos a sexualidade. Suas vertentes epistemológicas transitam entre aquelas ditas mais dentro da subjetividade, seja dos aspectos formadores da identidade, aqueles do campo das representações, chegando até o comportamento, desejo e erotismo, incluindo mesmo a relação à família/parentesco (LOYOLA, 1998). Logo, comportamento e orientação sexual, esta em termos de “atração afetivo-sexual por alguém” (JESUS, 2012), sem contemplar as dimensões trazidas pelo mesmo autor de “vivência interna relativa à sexualidade; diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012, p.7), mistura-se ao seu significado.

Dado seu caráter amplo, envolvendo características físicas e de práticas sexuais (GIDDENS, 2012, p. 801), aqui encontramos proximidade com os termos do senso comum sobre a sexualidade, entendida quase exclusivamente no campo das práticas sexuais explícitas.

A identidade de gênero, notadamente no campo subjetivo, engloba percepção, sentimento e a forma como o indivíduo se apresenta para si e para os demais. Assim é definida como o “gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferentemente da sexualidade da pessoa (...) ela e orientação sexual não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou

bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero¹ que se identificam com o gênero que lhe foi determinado quando de seu nascimento.” (JESUS, 2012, p.6)

A diversidade sexual se justifica como conceito quando a encaramos como sendo algo alheio a um padrão existente para a sexualidade. Este padrão, encarado em nossa perspectiva como uma norma, é o que se materializa pela heteronormatividade. Por meio desta, institui-se a heterossexualidade como única possibilidade legítima, naturalizada, de expressão da identidade e de comportamento sexual; assim, o diverso se molda, a citar as denominações comuns, em desviante, crime, aberração, patológico, perverso, imoral (WARNER, 1993). Esse pressuposto é uma construção social firmada no patriarcado, com a figura masculina detentora de maior força nas relações de poder, sendo o que legitima o dimorfismo sexual (PISCITELLI, GREGORI, CARRARA, 2004) e a sexualidade firmada somente naquela biológica, fenotípica a partir da constituição genética (BRASIL, 2007), sendo o que legitima as imbricações conflituosas perante a diversidade.

1.3 A Violencia na Realidade Social das Pessoas LGBT

¹ Segundo Santos (2015, p.14) “O termo cis, abreviação da palavra cisgênera, é utilizado por mim a frente da palavra heteronormativa pois, além de existir uma cobrança e uma norma pautada na heterossexualidade, há também, antes mesmo da preocupação social com a sexualidade do indivíduo, a necessidade do gênero, feminino ou masculino, estar sintonia com o sexo biológico. O termo cisgênero abarca as identidades transgêneras que também sofrem de normas e cobranças sociais, entretanto, não são cobranças com relação a sexualidade de pessoas trans, mas sim, com a desestabilização causada pelo gênero dessas pessoas. Apesar de ainda não haver essa distinção em nossa sociedade dos diferentes tipos de preconceitos sofridos por gays, lésbicas, transexuais e travestis, é necessário, ao menos, que intensifiquem essas diferenciações na empiria dos espaços acadêmicos. Em suma, uma pessoa cisgênera é aquela que foi designada “homem” ou “mulher” ao nascer, se sente bem com essa designação e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal. A palavra Cis surgiu nos estudos Queer no início da década de 90 para diferenciar do termo transgêneros, isto é, aquelas pessoas que não se sentem representadas pelo gênero imposto conforme o seu sexo biológico, como por exemplo, travestis e transexuais.”

Quando identificamos as violências específicas para a comunidade LGBT, alguns aspectos particulares surgem, no que diz respeito variação entre cada segmento e os ambientes nos quais os atos são praticados. Para os homossexuais homens os eventos ocorrem mesmo sem suas casas, por armas brancas, ou nos crimes de lucro, muitas vezes por parceiros ou em momentos de relações com desconhecidos, com resultado fatal em boa parte (MOTT, 1996); travestis estão entre aqueles mais vulneráveis, atacados por armas de fogo, na rua, muitas vezes nos locais de prostituição, para aqueles que se envolvem com ela, ainda somando-se às relações com tráfico de drogas e mesmo por parceiros (CARRARA, VIANNA; 2006); quanto às lésbicas, muitos atos são sofridos no próprio lar, até mesmo entre entes de parentesco, com agressões físicas e o conhecido estupro corretivo.

Os eventos ocorridos no interior das escolas e durante a adolescência dos indivíduos, formadores do *bullying* de gênero, manifestam-se desde risos, chacotas, até a exclusão e agressão física. Sendo uma fase da vida de experimentação e formação da identidade sexual, as conseqüências podem ser traumatizantes e inclusive levar suas vítimas a omitirem sua identidade de gênero por muito tempo. Nas universidades, o comportamento parece inalterado, com poucos entendendo o assunto em suas fontes psicossociológicas e sendo as formas de discriminação mantidas (LACERDA, PEREIRA, CAMINO, 2002).

Deste modo a violência apresenta-se extrema em muitos casos e ao se atentar para os locais dos eventos, um caráter velado, quase que oculto dos atos violentos, no que faria parte de um “compêlo do silêncio” (MOTT, 1996). Daí tiramos certo caráter de “violência institucional”, na escola, na universidade, ambas omissas e, no que concerne à polícia, sugere-se indiferença diante do grande número de arquivamento de casos (CARRARA, VIANNA, 2004). Agreguem-se problemas de se mensurar a violência, pelos próprios mecanismos de notificação, falhas, policiais entre outras (MINAYO, SOUZA, 1998) e do próprio entendimento das formas de violência não apenas contra LGBT, dificultam o dimensionamento do problema.

1.4 A Construção Social da Violência

Em nossa pesquisa, a fim de levantar meios para caracterizar uma realidade determinada pelo discurso dominante, lançamos mão do conceito de violência simbólica desenvolvido por Bourdieu para trabalhar e buscar explicações sobre a existência e os sentidos em torno da violência sofrida, como as supracitadas, pelos indivíduos LGBT.

Em sua construção teórica sobre o que alcinha de dominação simbólica (BORDIEAU, 1970), que podemos de modo simplificado definir como a maneira pela qual, a ser obtida sistematicamente, (ideológico, físico, econômico, etc.) grupos sociais, hegemônicos, seja qual sua natureza, exercem e garantem a reprodução de sua posição social e da coesão que mantém a sociedade neste *modus operandi*, notadamente obtida por intermédio da coerção. Essa lógica, admitimos, não se molda em realidade por lei metafísica ou por privilégios do acaso, o artifício utilizado para tanto é, como o autor define, a violência simbólica. Esta, Vasconcellos (2002) trata de, didaticamente, simplificando as idéias de Bourdieu, definir como mecanismo que torna “natural” aos indivíduos as representações ou as idéias dominantes. É desenvolvida pelas instituições e agentes que as animam e no que se firma o exercício da autoridade. O mesmo autor segue dissertando sobre a capacidade de a violência simbólica explicar a adesão dos dominados, pois ela é o meio usado para impor aceitação das regras, sanções para transgressões, a incapacidade de chegar ao fundo das regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas entre outras.

De forma a prover uma conceituação aqui sucinta da violência simbólica, pois esta será melhor trabalhada em sessão posterior deste trabalho, trazemos as palavras de Bourdieu (2003, p.7) quando, como uma manifestação do poder simbólico, define-a como “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”.

Para estabelecer as bases da construção da violência como fenômeno social (SARTI, BARBOSA, SUAREZ, 2006) ressaltam o caráter relacional entre agressor e vítima como construções simbólicas, essa afirmação entendida como a existência aceita socialmente de

indivíduos ou grupos como agressores e aqueles enquadrados no papel de vítimas, essa relação que então emerge e é aceita dentro de um roteiro de naturalidade. Para sua compreensão, deve-se investigar o espaço social na qual se insere, em termos de suas forças, sujeitos e representações. Atesta-se que a vítima possui uma fragilidade que a torna passível de sofrer atos violentos (SARTI, 2005), afirmação verificável a depender do meio no qual ocorrem agressões. As agressões “comuns” e as específicas sugerem maior vulnerabilidade para os segmentos LGBT.

Após essa exposição, faz-se mister a uma proposta de pesquisa como a aqui descrita, tratar de encontrar e clarificar os elementos constituintes da sociedade que tornam possíveis os eventos violentos até aqui retratados. Afirmamos isso no sentido de desconstruir os traços de uma realidade que pode ser – e tende a ser exclusivamente – tomada como a única existente, em virtude dos mecanismos simbólicos desenvolvidos, para uma conseguinte tentativa de reconstrução de uma realidade que abarque sentidos suprimidos pelos processos de objetificação imprimidos pelos discursos dominantes. Deste modo poderemos descortinar o palco no qual se enfrentam agressores e vítimas e chegar à compreensão do que os posiciona em cada papel.

Para essa trajetória pretendida, procurar-se-á dar maior atenção às características da sociedade que agem de maneira a reprimir os indivíduos que se desviem dos padrões estabelecidos, no caso, os discursos e suas ferramentas de reprodução que ajam calando as vozes de pessoas LGBT e situando-os em realidades das quais a violência seja elemento constante.

Dentre os pilares do discurso dominante, alguns já citados, que regem a realidade de todos, mas que possuem sobremaneira força determinante para com a violência simbólica, tem-se uma sociedade enquadrada no sistema sócio-econômico capitalista, com estruturas e papéis sociais bem definidos; estruturas familiares baseadas no patriarcado e em decorrência de cunho machista; para a qual as possibilidades de expressão sexual permitidas resumem-se à heterossexualidade, quando em sua forma cissexual somente. Para esclarecer este último termo, pouco divulgado e compreendido em sua complexidade, Jesus (2012, p.8), traz sua definição como sendo:

“Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à auto-expressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais.”

O caráter repressor da sociedade, como nos brinda (GIDDENS, 1993), ao utilizar as idéias que perpassam a psicanálise, principalmente de Reich, possui uma de suas bases mais fortes na sexualidade, por sua presença em diversos aspectos da vida, inclusive pondo-a além da posição privada e incluindo-a na dimensão política, mesmo afirmando que uma verdadeira reforma política deveria envolver a liberação sexual.

Partilhando de idéias semelhantes, seguindo a teoria crítica, aprofundando a reflexão sobre a repressão em nossa sociedade (MARCUSE, 1998), trata de demonstrar a profundidade que ela alcança, no que chama de internalização do capitalismo (aqui consideramos todas as suas dimensões), a tal ponto de reger a vida do indivíduo e este agir reproduzindo as relações sociais, não importando se lhe beneficiam ou violentam-no, e até a policiar a vida dos demais.

Warner (2000), discutindo a temática enfatiza a questão da repressão pelo modo como a cultura governa as pessoas desde a vida sexual, com domínio sobre a mais profunda intimidade de cada ser. O autor discorre sobre a negatividade que envolve o sexo em nossa sociedade e ela controlando a vida privada das pessoas, no que podemos sem dificuldade ao menos suspeitar do impacto que possui sobre os de sexualidade desviante. A influência das questões políticas construindo a vida íntima dos indivíduos também é demonstrada, no que chama de “política da vergonha”. Em decorrência dela, alguns indivíduos correm maior risco de sofrerem determinadas sanções sociais baseadas conforme as práticas sexuais, se encaixadas dentre aquelas classificadas como normais ou não. Assim, segundo o “moralismo”, este entendido

como a visão do que é certo para o discurso dominante, o sexo “normal” é um dos elementos que mantém o *status quo*, ao classificar como vergonhoso aquele que difere dele e a determinar quem é passível de ter vergonha merecida na sociedade (WARNER, 2000).

Dentro das características da sociedade ocidental na qual o Brasil se insere, de tom ideológico machista e patriarcal, os agressores são homens, heterossexuais. Esses violentadores exercem tal papel por serem privilegiados com o que se determina masculinidade hegemônica, ou seja, “(...) forma dominante de masculinidade dentro da hierarquia de gênero. Embora (...) subordine outras formas de masculinidades e feminilidades, ainda pode ser desafiada por elas. Na maioria das sociedades ocidentais atuais, é associada à raça branca, à heterossexualidade, ao casamento, à autoridade e à força física” (GIDDENS, 2012, P. 797). É quando esse *status*, muito bem definido, da dominação masculina parece fraquejar, que se recorre à violência para discriminar e/ou promover a exclusão social, assim mantendo a subordinação dos “inferiorizados” e “fracos” (MARTINS, FERNANDEZ, NASCIMENTO, 2010).

A força motriz dos atos violentos é o preconceito (MARTINS, FERNANDEZ, NASCIMENTO, 2010), o “juízo preconcebido de algo ou alguém, com base em estereótipos. Predispõe a determinadas atitudes em relação ao objeto do preconceito, que pode ou não se manifestar na forma de discriminação” (JESUS, 2012) e que são “ideias preconcebidas sobre um indivíduo ou grupo, ideias que são resistentes à mudança, mesmo ante novas informações (...)” (GIDDENS, 2012, p. 801)

Entendemos ainda o preconceito, seguindo também uma perspectiva simbólica, como a internalização das leis da sociedade em cada indivíduo, o que explica a motivação dos atos de discriminação e que podemos identificar, no que VASCONCELLOS (2002), novamente tratando dos conceitos de Bourdieu, enquadra no conceito de *habitus*, este constituído pelo acúmulo de bens simbólicos que se inscrevem nas estruturas do pensamento (também do corpo), por ele se elaboram as trajetórias e assegura-se a reprodução social”.

Neste raciocínio, em Warner (2000) vemos que o preconceito nasce “pré” ao preconceituoso, não importa o julgado, ainda que o conheça, o que sucede é a famigerada “aceitação” daqueles alvos de preconceito em detrimento da desconstrução deste. A desconstrução que

se imprime é a da identidade (e demais características) do julgado, a ponto de tornarem-se invisíveis os atributos desviantes que o discrimina.

A forma de preconceito aqui enfatizada e suas decorrências de cunho violento, para sua concretização, desenvolveram maneira de “sinalizar” os indivíduos desviantes da norma materializada em estereótipos, “imagem fixa e preconcebida acerca de algo ou alguém. É o fundamento das crenças e dos preconceitos.” (JESUS, 2012). Desse modo, as pessoas marcadas com “selos da vergonha” não são tratadas conforme o que realmente são, mas segundo classificações estereotipadas e reduzidas de suas dimensões humanas.

Acreditamos neste momento que tal tratamento diante dos desviantes emerge diante do que seria uma qualidade da própria sociedade que cria esses padrões, qualidade que a torna reduzida por abstrair as dimensões do ser humano que não sejam proveitosas à manutenção das relações sociais e de poder vigentes. Portanto, como Ferreira (2013, p.6), traz à reflexão:

Portanto não é o ato sexual “pervertido” ou “imoral” em si, que perturba a sociedade, mas o modo de vida de cada um, que não pode ser múltiplo e criativo, porque é limitado e restrito. Esse limite às várias formas possíveis de relacionamento interpessoal foi engendrado no seio das instituições sociais por que um mundo relacional mais rico seria mais difícil de administrar.

E, nosso foco, esse preconceito materializa-se homofobia, o “medo ou ódio com relação a lésbicas, gays, bissexuais e, em alguns casos, a travestis, transexuais e intersexuais, fundamentado na percepção, correta ou não, que alguém vivencia uma orientação sexual não heterossexual” (JESUS, 2012).

A discriminação expressa-se em “atitudes negativas e contextualizadas, locais e situadas, porém gozam de certa cumplicidade social e de certo eco em determinados grupos sociais” (GOMEZ, 2008, p.91). Sujeitos de identidade não-heterossexual que transparecem características de gênero incongruentes com o sexo ao nascer, a

dependem do grau de inconformidade, são mais atingidos por violência e discriminação (CARRARA, VIANNA).

1.5 Contra-Discursos

Para traçar um histórico do Movimento LGBT no Brasil, resgatamos o trabalho cuidadoso de Facchini (2013) para o histórico completo em três fases definidas: O movimento pela luta dos direitos dos homossexuais teve início na década de 1970, buscando a politização e transformação da sociedade desde o gênero e a sexualidade em oposição ao machismo e suas implicações em relações desiguais, além de temas contraculturais, com reivindicação de direitos universais e civis.

Impulsionados pela abertura política, os primeiros grupos militantes surgiram – cerca de vinte e dois grupos, basicamente no Rio de Janeiro e São Paulo. O Grupo *Somos* (SP) realizou em 1979 o primeiro encontro de homossexuais militantes, buscando a inclusão do ainda usado termo “opção sexual” na Constituição, despatologização da condição e organização de encontros. Em 1980, acisão do *Somos*, gera o primeiro grupo exclusivamente lésbico, e o Grupo Gay da Bahia, o qual até 1985 promovia uma campanha nacional para retirada da homossexualidade do Código de doenças do Inamps.

Durante a segunda onda do movimento, na década de 1980, aumentou-se a visibilidade da homossexualidade, com a criação dos grupos Triângulo Rosa e Atobá (RJ), além do crescimento do grupo baiano.

A AIDS foi um fato importante para a comunidade, já que era considerado o “câncer *gay*” ou a “peste *gay*” pela sociedade. Isto causou a diminuição em número e organização dos grupos e certa desmobilização quanto a questões de liberação sexual e na luta por transformação social. Em contrapartida, um pragmatismo emergiu, com maior formalidade, com os grupos mencionados tornando-se associações.

A construção da resposta coletiva à AIDS e demandas ao poder público diante da entendida falta de responsividade deste foi fundamental para o fortalecimento do movimento. Valorizou-se a relação com o Movimento Internacional e formação de boa imagem

pública dos homossexuais; o grupo carioca Triângulo Rosa liderou a adoção do termo “orientação sexual”, opondo-se à “opção” ou “condição” inata; a combate à discriminação religiosa, educação sexual nos currículos escolares, e maior preocupação com a violência de gênero.

Na década de 1990 ocorre a terceira onda, em que há uma nova expansão do número e tipos de grupos, como organizações não governamentais, setoriais de partidos, acadêmicos, inclusive religiosos com as chamadas igrejas inclusivas e projetos de prevenção com financiamento estatal. Sendo assim, graças à saúde as demandas adentraram as políticas públicas. A “sigla” do movimento definia-se, com especificidades de sujeitos políticos e lutas próprias. As lésbicas foram incluídas em 1993, após diferenciarem-se do homossexual. Já os transexuais, a partir de meados da década de 1990, tendo como foco as cirurgias de transgenitalização experimentais. No início da década, as travestis organizam-se face à brutalidade contra este segmento de maior exposição.

Em 1995 é criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a maior rede de organizações LGBT brasileira e na América Latina, com 200 organizações. Esta impulsiona o crescimento das redes nacionais, com associações e coletivos para cada segmento do movimento.

Nos anos 2000, há a criação de coletivos apoiadores da causa LGBT, como a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. Aproxima-se do Estado, com direitos humanos em suas pautas e a criação do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, agindo nos diversos ministérios. Culmina na sensibilização de políticos, com discussões sobre o direito à união homoafetiva, paternidade/maternidade e identidade de travestis e transexuais, e criam-se projetos de lei. Nasce grupos ativistas e núcleos de pesquisa universidades, com encontros nacionais de diversidade sexual. No campo econômico, amplia-se o segmento GLS no mercado. As paradas do orgulho Gay, com milhões de pessoas, divulgam a mensagem por todo país da luta pela igualdade presente na Constituição.

Diante do conjunto das experiências de vida como um todo e aquelas relacionadas à diversidade, os indivíduos constroem suas

subjetividades, suas identidades particulares e os comportamentos que farão parte de suas vidas.

Como o breve histórico bem nos traz, as realidades dos indivíduos que compõe a sigla LGBT, em seus grupos específicos e no conjunto que faz emergir a diversidade sexual, apresentam muito dos discursos retratados no presente estudo. Esses, como se evidencia, agem de maneira mais ampla, carregados do simbolismo que aqui tratamos, exercendo as mais variadas formas de violência, desde as físicas explícitas até aquelas mais íntimas de ação nos componentes psicológicos e de identidade dos agredidos.

Optamos por trazer discursos dos universitários na temática de diversidade sexual em conexão com nosso empenho em trazer à tona todos os discursos e seus sentidos imbricados possíveis que constroem a realidade que iremos retratar.

As lutas de cunho político convergem, de modo mais geral, em situações que prezam por dar às pautas LGBT mais visibilidade no cenário nacional. Essa estratégia é abordada como forma de fazerem possíveis aos olhos de todos a imagem dos indivíduos LGBT como seres que habitam a realidade, assim como todos os demais, no caminho por fazerem surgir como parte do mundo comum de todos as narrativas e os sentidos da diversidade sexual como existente, não como “falha” passível de ser corrigida e merecedora de discriminação diante das possibilidades criadas pela heteronormatividade. Encontramos, entre outras formas, a ação de meios de comunicação, como jornais e revistas especializados, uma mídia *gay*, atuando na propagação de valores de elevação da autoestima e de autoaceitação, atuação valorosa nas questões de afirmação e de visibilidade de valores e direitos de sujeitos marginalizados (GONÇALVES, SANTORO; 2011).

No mesmo rumo, estratégias de enfrentamento são tomadas, com ação dentro das instituições da sociedade no intuito de buscar de modo legitimado a voz dos indivíduos *gays*, lésbicas, trans e bissexuais, com sua inserção dentro das esferas política e jurídica da sociedade. Em tal empreitada muitas das vezes ancorados em grande parte nas ciências sociais, com construções mútuas, mesmo por a academia engajada na área ter membros de identidade LGBT. Assim os grupos em interação podem ter mais força quando compartilham de lutas com as mesmas motivações.

Podemos também elencar algumas barreiras na construção de sentidos coletivos e de narrativas que envolvam a totalidade LGBT. A própria pluralidade dos membros acaba, como se é visto, por muitas vezes, dividindo grupos com identidades distintas e em virtude disto lutas em rumos diferentes. Grupos *gays*, de lésbicas e de feministas, aqueles trans, ou deles que se agreguem em torno de causas outras como do movimento negro, correm o risco de diluir algumas reivindicações na sociedade que poderiam ter maior volume quando da união dos mesmos.

Citemos ainda, algo recorrente que consiste no distanciamento entre academia e militância. Ambas juntas poderiam representar um movimento mais forte unindo embasamento teórico e luta propriamente dita, no entanto existe uma tendência verificada de haver grande aprofundamento acadêmico separado de tentativas árduas de politização em meio à sociedade.

À sombra desta situação, entre um exemplo negativo a ser mencionado, a despolitização que ronda o movimento, atualmente, tem cursado o caminho da naturalização das sexualidades, incluindo assim as não heterossexuais. Aí vemos motivo de conflito em face do perigo, como encarado por alguns, que é a transformação da contra-moral em uma nova moral (FERREIRA, 2013). É nesse campo que se constrói um dos maiores embates, no que concerne a um caminho em direção a uma nova ordem sexual, com negação completa da realidade vigente, ou a “adequação” dos padrões atuais ao conclave dos dissidentes da heteronormatividade.

Dentro de uma sociedade que reprime tentando anular e converter o que é divergente em cópias padronizadas e auto-reprodutivas, encontra-se em gestação, mesmo que com má nutrição forçada de seu embrião, um discurso com voz ainda gaguejante em virtude de seus sujeitos ainda estarem aprendendo a falar, todo um movimento de ressignificação dos conteúdos simbólicos que configuram os fins práticos em nossa sociedade. Seja em microesferas, modificando realidades locais, ou em contextos maiores, com a problematização e luta propriamente dita levando à discussão de construções até então entendidas como naturais ou as não percebidas que também agem proferindo os discursos silenciadores e legitimadores de desigualdades quaisquer sejam sua natureza, o que se configura é a subversão. Definida como subversão simbólica (BOURDIEU, 2014), é ela que

gradualmente pode, ao modificar padrões, evidenciar novas vozes, criar novos sentidos, realmente materializar revolução na estrutura e relações sociais que criam os agressores e vítimas que constroem a violência simbólica.

1.6 O Papel da Militância

Quando se busca tratar de militância, o que se verifica na prática, quando do intento da pesquisa, é uma grande imprecisão no plano teórico. Qualquer trabalho direcionado no tema esbarra na difícil distinção entre militância e, para citar os termos mais frequentes, ativismo, ação coletiva ou movimento social (BATISTA, 2011). Uma simples procura em alguma das bases científicas de dados pode demonstrar essa questão, quando o número de trabalhos encontrados é reduzido, como pela concorrência dos termos de busca empregados. Visto tanto como mobilização individual ou coletiva, quando abordado seu aspecto político, a tendência é situar como movimentos à esquerda do campo político (PRUDÊNCIO, 2006).

A teoria dos movimentos sociais pode ser-nos útil a entendermos o percurso traçado pelo movimento LGBT, com sua periodização e busca por motivações históricas do surgimento e transformações ao longo do tempo. Como o breve histórico retratado mostra, o movimento, diferentemente do período dos movimentos sociais “clássicos” do início a meados do século XX, cuja luta situava-se em desigualdades sociais de ordem econômica principalmente, pode ser alocado nos chamados “novos” movimentos sociais. Estes, com demandas pós-materiais, não visam revolução política ou tomada do poder, mas, agindo mesmo fora das instituições políticas, buscam mudanças nas sociabilidades e cultura, afirmação da diversidade de estilos de vida, com bandeiras como etnia, gênero, sexualidade entre outros (ALONSO, 2009).

Em suas variadas linhas de ação, a militância age promovendo a problematização das realidades, assim trazendo para a construção o que chamamos de narrativas e discursos concorrentes. As lutas de cunho político convergem, de modo mais geral, em situações que prezam por dar às pautas LGBT mais visibilidade no cenário nacional. Consideraremos a militância, movimento de ressignificação dos

conteúdos simbólicos, como um dos atores responsáveis pelos discursos concorrentes ao discurso dominante.

Seja em realidades locais ou em contextos maiores, com a problematização de construções naturalizadas que agem proferindo os discursos silenciadores e legitimadores de desigualdades, ou em lutas na esfera política, o que se configura são a revoluções ou rupturas simbólicas (BOURDIEU, 2014), apontada como tendo potencial modificar padrões, evidenciar novas vozes, criar novos sentidos, transformar relações sociais que constroem a violência simbólica.

1.7 As Relações de Poder e Gênero em Bourdieu

O arcabouço teórico de Pierre Bourdieu é vasto e se dedica ao estudo de diversos aspectos da sociedade, nas diversas fases de seu desenvolvimento teórico. Para finalidade da presente dissertação, se sobressaem seus conceitos sobre as relações de poder, violência simbólica e as relações de gênero.

Na obra *O Poder Simbólico*, Bourdieu (2007) ressalta a existência de esforços intelectuais para explicar as desigualdades sociais e seus determinantes, com diferentes linhas teóricas, apontando que, nas diferentes formas de diferenciação social, estão implicadas situações de dominação de alguns grupos sociais sobre outros. Defende que a maioria da pesquisa social nessa temática toma o poder econômico como a base e justificativa das disparidades, ressaltando a necessidade de investigações que tomem as relações de poder em nível não apenas pela objetividade das condições econômicas.

Nesse caminho, outras formas de poder são imprescindíveis para o entendimento das desigualdades intra e entre grupos segundo Bourdieu, uma vez que existem esquemas analíticos de funcionamento dos grupos, nos quais as idéias e as regras são muitas vezes mais importantes que a própria economia, a exemplo das moralidades que se valem do medo de coerção física, sendo a origem de comando daqueles que são detentores do poder, decorrendo outros poderes, em uma constante dinâmica para a manutenção do *status quo*.

O elemento fundamental para compreensão dos fundamentos sociais das distâncias sociais em Bourdieu refere-se nessas dimensões ignoradas do poder, de difícil reconhecimento a priori, justamente por ser o próprio fundamento do poder. Por ser fundamento, esta presente na determinação social do arbitrário como lógica e como mecanismo de integração social, se definindo como *consensus* e os atributos da moral que os permeia, assim como a própria definição de seus critérios de funcionamento, como a figura das entidades que os determinam, e especialmente a distribuição de poderes entre os que obedecem e os que comandam – que tem por função estabelecer o *nomos*.

Um aspecto fundamental para Bourdieu (2007) em termos das características do poder é seu caráter oculto, inaparente:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 1989, p.9).

Nesse sentido, essas relações constroem-se socialmente através de idéias coerentes com a lógica dos dominadores, que trazem um caráter de naturalização as relações dispare de distribuição de poder, justificando-as. Nas palavras de Bourdieu, “O Poder de constituir o dado pela enunciação”. Haverá uma distribuição determinada de possibilidades entre o grupo, acumulando valores e manifestações objetivas, mas decorrentes da organização interna que acontecerá primeiro em caráter simbólico.

O poder se constituirá e manifestará através de sistemas simbólicos que organizarão as formas de funcionamento dos grupos, através de “instrumentos de imposição ou de legitimização da dominação” (BOURDIEU, 2007, p.16) por sistemas de classificação legitimados como *nomos* e, portanto, aceitos pelos membros dominados.

Um aspecto importante dos processos discutidos por Bourdieu são as implicações na dinâmica social, como as formas de “apropriações” realizadas pelos atos de poder, propiciadas pela sua acumulação, de

forma diferente e desigual, e as direções que toma nas trocas simbólicas e materiais existentes.

Segundo Bourdieu (1970), grupos sociais hegemônicos, seja qual sua natureza, exercem e garantem a reprodução de sua posição social e da coesão que mantém a sociedade através de um *modus operandi*, empregando coerção aos grupos dominados, por processos ideológicos, físicos e econômicos, a partir da economia das trocas simbólicas e das posições sociais de quem pode dar e quem precisa receber, tanto em aspectos objetivos como nos subjetivos das relações sociais (Bourdieu, 1996).

Nesse rumo, como o autor explicita que existem processos e formas de operação simbólica que se procede na sociedade de transformação das arbitrariedades culturais historicamente construídas em naturais, ou seja, restituir a sua doxa, sua lógica indiscutível.

Ocorre que, através da imposição da cultura dominante, dá-se procedimento à integração entre as classes sociais, com seus locais definidos. O que atesta essa condição reside na ocupação da classe dominante, antes de um lugar privilegiado que desfruta, do lugar mais alto na hierarquia dos princípios de hierarquização que sustentam a lógica que lhe favorece no trabalho de divisão e classificação da e dentro da sociedade.

Meio de manifestação e de manutenção dessa ordem, o discurso dominante, é aquele “intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (BOURDIEU, 2007, p.13). O que nos leva ao encontro do “paradoxo da doxa”, no qual então os dominados aceitam sua condição e a reproduzem, não apenas por não questioná-la, mas também por defender a sua lógica.

Um importante exemplo na obra de Bourdieu refere-se a dominação masculina, que torna uma diferença anatômica, de alguns fatores biológicos mas com destaque para os órgãos sexuais, como a justificativa para diferenças de gênero com caráter natural, e que se trata de uma leitura construída socialmente pelos homens dominantes. Bourdieu ressalta o aspecto mágico que essa forma naturalizada dá aos homens, como indiscutível, mesmo porque em cima da obviedade

desenvolvem-se maneiras sistemáticas de comprovar a lógica dessa arbitrariedade que em muitas vezes não se questionam como tal por também serem providas simbolicamente de prestígio, o topo da hierarquia de uma ordem social que imprime nos corpos e nas mentes uma realidade indissociável do corpo enquanto sexual. (BOURDIEU, 2014, p.24)

A esse respeito, Bourdieu declara que “na forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino” (BOURDIEU, 2014, p.41).

Desde o equívoco de se tomar uma diferença natural como sustentação para a diferença social, o que se mostra como parte da visão mítica do mundo, a diferença e as posições sociais ocupadas, fruto de construção social e suas apropriações simbólicas, porém ignoradas como tal, tornam-se auto justificáveis a um ponto de não se recorrer a tentativas de questioná-las. Isso porque essa estrutura, bem como elo simbólico que une seus dispositivos constituintes, adquirem caráter objetivado na sociedade, no caminho de sustentar o modo indiscutível de como as classificações existem, sendo parte delas, além da sua incursão nos esquemas cognitivos, os quais, estruturados dentro dessa e outras divisões, permitem enxergar e perceber as divisões existentes. (BOURDIEU, 2014, p.25)

Na prática, dentro dos pressupostos da cumplicidade e da questão chave da dominação que se refere à adesão dos dominados, os indivíduos em suas rotinas não apreendem a dominação como algo formador de sua realidade. Logo, não se percebem enquanto submissos e não se lhes ocorre haver um dominante. Quando essa estrutura fica evidente, mesmo aqueles em posição subalterna, por mais que reaja de formas variadas, são vencidos pela aceitação. Nas palavras de Bourdieu “quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, submissão” (BOURDIEU, 2014, p.27)

Há a iminência de se apresentar a maneira na qual a dominação simbólica se impõe aos dominados, os artifícios que mantêm a relação

de forças favorável aos dominantes e que, talvez o mais intrigante, garante a adesão, o reconhecimento dessas condições.

Essa não é senão a definição própria da violência simbólica que, para Bourdieu (1997, p.22) "(...) consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la". Segundo Vasconcelos (2002) são mecanismos que tornam naturalizadas as representações ou as ideias dominantes aos indivíduos de determinada rede social. A violência simbólica se manifesta pelas instituições e agentes que as animam e no que se firma o exercício da autoridade.

Conforme já trazido em trecho anterior neste trabalho, essa forma invisível de violência cuja existência se dá pelo conhecimento e reconhecimento tácito tanto daqueles que se beneficiam de alguma forma da ordem vigente como os que por esta sofrem sanções sociais, discriminações, etc. Conformam assim o modo de instauração de uma leitura de realidade, desde as bases “epistemológicas” do conteúdo *doxal* desta, agindo por uma dissimulação de arbitrariedades mantidas pelas relações de força a ponto de se admitir sem questionamento e mesmo reproduzindo-as, corroborando assim a legitimidade da violência sofrida, mesmo que não entendida como tal.

No que nos cabe privilegiar em nosso texto, a violência simbólica por ser definida ainda como o artifício simbólico e prático de imposição e manutenção do *habitus*. Fruto das determinações da dominação simbólica (estrutura) e que também agem reproduzindo-a e recriando-a (estruturante), o *habitus* encontra seu agente de imposição e manutenção na violência simbólica, quando esta cursa por reforçar predisposições incorporadas e cognitivas, de apreensão da realidade e de sua lógica natural, alinhados às estruturas prévias ao seu nascimento, o permitindo o conhecimento e reconhecimento necessários no que tange à posição no espaço social, crendo como auto-evidente a lógica resultante das relações de força e, assim, contribuindo para reprodução das relações de dominação (BOURDIEU, 2003).

Vasconcelos (2002) ainda afirma que a violência simbólica deve ser examinada a partir da adesão dos dominados, pois é um mecanismo social pelo qual se impõe tacitamente a aceitação das regras, sanções para transgressões, a incapacidade de chegar ao fundo das regras de

direito ou morais, as práticas linguísticas entre outras. “Os atos simbólicos sempre pressupõem atos de conhecimento e reconhecimento, atos cognitivos por parte daqueles que são destinatários. A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em expectativas coletivas, em crenças socialmente inculcadas” (Bourdieu, 1996, p. 184).

Para Bourdieu e Passeron (1992) tanto a família como o ambiente escolar, que aqui são entendidos como os primeiros dispositivos ou instituições responsáveis e detentores legítimos do exercício da violência simbólica, são fundamentais para a assimilação de mensagens e para a normalização de condutas dos sujeitos. Os autores defendem que as ações pedagógicas nos ambientes de ensino caracterizam-se objetivamente como violência simbólica e, na temática aqui discutida, pode ser pensado que impõe um padrão heteronormativo em suas práticas a partir de construções sociais que determinam a heterossexualidade como correta e única forma de se uma pessoa ser considerada correta, inculcando nos estudantes essa mensagem.

Na temática do gênero, a violência simbólica vale-se de relações sociais desiguais veladas entre os sexos, em que os indivíduos “(...) submetem-se às normas que definem o que deve ser o corpo, não só na sua configuração perceptível, mas também na sua atitude, na sua apresentação, etc.” (Bourdieu, 1983, p.201).

Em sua teoria da prática, Bourdieu se afirma contra outras suposições próprias do idealismo ou do positivismo materialista, afirma que os objetos do conhecimento, assim como os demais, são construídos sob um sistema de disposições estruturadas e estruturantes que desenvolvem a prática e cuja finalidade está na praticidade enquanto função (BOURDIEU, 2009; p.86).

À continuidade desses pressupostos, para demonstrar o que define o mundo prático, a sua relação estreita como o conceito-chave *habitus* é estabelecida na forma de um mundo cujos fins já existem, assim como formas de utilização e direções a tomar, no que consiste de ferramentas ou instituições. Isso em decorrência de parecerem necessárias certas regularidades, caracterizadas até como naturais, para as condições arbitráriastomadas como tal, porque são o fundamento dos esquemas de percepção e de apreciação por meio dos quais são aprendidas (...)” (BOURDIEU, 2009, p.84)

Para contribuir com nossa tarefa de resgate teórico e encaminhá-lo aos nossos objetivos, faz-se necessário responder a questões como as de quais são esses esquemas mencionados? Como se inculcam nas pessoas? O supracitado conceito de *habitus* é então definido, em sua condição de produto do mundo prático e aquilo que engendra sua reprodução:

“(…) sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 2009.p87)

Esses processos ocorrem na medida em que os grupos apresentam respostas socialmente aprendidas no transcorrer da história individual dos indivíduos, tanto na coletividade como na família através das experiências do correto e do incorreto para determinada sociedade, constituindo-se como *habitus* (Bourdieu, 2004). Nas palavras de Bourdieu, “(…) funciona como engrenagem do campo de maneira a manter a reprodução social das crenças, por meio da incorporação legítima (“*habitus*”) de cada agente e da posição social - e de gênero - que ocupa na estrutura que está inserido.” (Bourdieu, 2004, p.131).

A partir dessa conceituação sobre *habitus*, como já ocorreu ao longo do texto, as classes sociais aparecem, juntamente com as formas de capital e sua dinâmica, como elemento importante na análise bourdieiriana. Para auxiliar-nos em nossas pretensões, nossa compreensão de classe reside nas duas formas existentes, a teórica ou provável e a concreta ou real.

A primeira é definida por avaliação de disponibilidades de indivíduos ou grupos no que concerne às formas básicas de poder, quais

sejam o capital econômico, o social e o cultural. O acesso e utilização dessas formas de poder ocupação no espaço social multidimensional. Indivíduos ocupando posições próximas compõem os grupos cuja formação insere-se numa estrutura de probabilidades, na qual aqueles mais próximos tendem a formar tais grupos.

(...) agentes que ocupam posições vizinhas nesse espaço (...) estão sujeitos aos mesmos fatores condicionantes; conseqüentemente eles têm toda a chance de desenvolver as mesmas disposições e interesses e de produzir as mesmas práticas e representações. Aqueles que ocupam posições semelhantes têm toda a chance de desenvolver o mesmo *habitus* (...) " (BOURDIEU, P. 1987. p.5).

Na segunda, talvez a mais relacionada com nosso trabalho, os indivíduos compartilham alguns elementos comuns mais facilmente verificáveis como práticas culturais, estilo de vida, interesses, entre outros. E o que os conforma enquanto classe é o valor simbólico de suas ações.

Como a definição de classe nos explicita, a importância das formas de capital e os meios de sua produção e reprodução é elemento importante no modo como os *habitus* se configuram e nas possibilidades de mobilidade social. Buscando aprofundar essa questão, e deixando claro que entendemos essa mobilidade não apenas aquela de galgar melhores posições econômicas senão também a possibilidade de transitar para além das determinações dos *habitus*, focamos no capital social, enquanto capital que é e como estrutura social, e sua "potencialidade mobilizadora" das demais formas de capital e de indivíduos e grupos conforme seus objetivos.

A importância do estabelecimento de laços sociais é uma das vantagens do Capital Social, na perspectiva de Bourdieu (2001b). O Capital social garante vantagens e oportunidades, por agregar recursos objetivos e simbólicos para os processos sociais dos membros de determinado grupo social, conectando-os em uma rede durável de relações de familiaridade e reconhecimento.

Nesse sentido, a existência de referências diárias de pessoas de orientação sexual não binária nos locais de convivência também foi valorizada, no sentido de que a visibilidade dessas pessoas garante segurança e sentimento de pertencimento, indicando a construção de capital social na perspectiva de Bourdieu (2001b).

Bourdieu afirma que o estabelecimento de laços sociais é fundamental no desenvolvimento de capital social, entendido pelo autor como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1958, p. 248).

Dentro da lógica da dominação simbólica, as identidades fazem parte das categorias que regem a vida em sociedade e fazem parte de uma luta particular das classificações, a de sua definição. Esta que segue a lógica das definições dos grupos dominantes no que concerne às legitimidades, posição social, visibilidade ou a falta dela e, por conseguinte essas características estão todas conectadas segundo a manutenção da ordem social que as faz existir de tal forma.

Novamente o critério de aceitação entra em questão, na medida em que identidades privilegiadas e também as mais desprovidas de capital simbólico existem sem questionar sua validade, ou mesmo, não se reconhecem enquanto identidades pois eles, “os defensores da identidade dominada aceitam, quase sempre tacitamente, por vezes explicitamente, os princípios de identificação de que a sua identidade é produto” (BOURDIEU, 2007, p. 108).

A identidade da que falamos é que em seus critérios objetivos trata de representações mentais, percepção e apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas que os representem, ou em atos buscando manipulação simbólica a determinar a representação que os demais possam ter. (BOURDIEU, 2007, p.112).

Para os fins deste trabalho, deve-se aplicar o dito acima para as identidades de gênero e sexuais das quais tratamos, aquela que compõe a diversidade sexual. Quando BOURDIEU, ao usar o exemplo da região, escreve sobre os princípios da “di-visão”, aos quais as lutas identitárias se dirigem, a “definição legítima das divisões do mundo social”, “de fazer e desfazer grupos” (BOURDIEU, 2007, p.113), esses se

constituem em atos repletos de magia social, os quais produzem descontinuidade no que seria natural, sem a apropriação humana.

Essa operação repleta de encantamento, mas que produz cortes cirúrgicos de alta precisão, é realizada por uma personagem incumbida de autoridade que traça as fronteiras com força de lei, a ponto de os vestígios que denunciam sua arbitrariedade sumirem ou mesmo serem transformados em prova real de sua naturalidade. Esse ato mágico é capaz de, ao enunciar seus ditames, criar ou produzir coisas.

Os critérios da divisão são os da semelhança vista na realidade, maior ou menor, entre os elementos assim entendidos. No entanto, essa realidade é social e os elementos que compõe a classificação são aqueles que seu inquisitor pode discernir conforme seu repertório social. Para contradizer isso, afirma-se aqui que a realidade, ao abordarmos esta questão, é então definida como “um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação e forças materiais e simbólicas” entre os interessados na classificação, assim também, pois, o lugar de luta permanente para definir essa realidade.

Nesse lugar de disputa, a identidade aparece como discurso performativo. Quanto a isso nos referimos à condição de que ela só existe enquanto forma de questionamento da definição dominante que a ignora como tal. Logo, ao entenderem-se seu membros como um grupo e um grupo contra-hegemônico, buscam levar sua palavra ao conhecimento buscando reconhecimento. Tentem modificar os limites das divisões. Entretanto, o discurso performativo esbarra no problema da eficácia, esta entendida como proporcional à autoridade de quem o profere e, assim, ao potencial de reconhecimento ao ser proferido. Na prática isso se traduz em um embate que põe em jogo o capital simbólico dos grupos.

Dito isso, o percurso traçado neste trabalho preza por situar esse jogo de identidades dentro da lógica que as cria, bem como, se há, os precursores e mantenedores de do discurso em que se baseia. Com ressalvas para a dificuldade de se situar agentes específicos nessa temática, essa ordem específica, os criadores das divisões, no que estão enraizados seus princípios e as formas nas quais estão estruturados seus dispositivos a ponto de serem elemento presente nos *habitus*, referimo-nos aqui à heteronormatividade, Esta que, dentro de seus princípios e conseqüências estruturantes, acaba por reduzir toda uma possibilidade

de configurações e existências humanas, a despeito de toda uma diversidade não mensurável em números, ao que chamamos de binarismo.

A esse respeito, Bourdieu (1999) declara que “a opressão como forma de 'invisibilização' traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade” (p. 143-4).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender as manifestações da violência simbólica entre universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina e as experiências positivas de enfrentamento desenvolvidas.

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as manifestações da violência simbólica a partir dos sentidos presentes em narrativas dos indivíduos da pesquisa.
- Caracterizar as tensões entre as identidades sexuais dos estudantes LGBT e a heteronormatividade na experiência do *habitus*,
- Verificar a existência de especificidades discursivas entre estudantes militantes e não militantes na forma de produção de conhecimento teórico e prático com relação à violência simbólica.
- Levantar as experiências positivas de enfrentamento da violência simbólica nas histórias de vida narradas e seus efeitos nas vidas dos indivíduos.
- Apontar as especificidades de produção de capital simbólico entre universitário LGBT militantes e não militantes.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Local e Colaboradores do Estudo

O presente trabalho foi desenvolvido com estudantes universitários LGBTs de uma universidade federal do Sul do Brasil, buscando registros sobre as experiências pessoais vivenciadas em relação à violência simbólica e aos recursos desenvolvidos para seu enfrentamento.

Foram entrevistados dezesseis universitários, nove que se identificaram como membros da militância LGBT e sete que não se identificaram como tal. Empregou-se a técnica de bola de neve (BERNARD, 1995), que permite a entrevista de certa rede de socialização através dos contatos entre os participantes. Os pesquisadores solicitaram ao primeiro entrevistado, o qual já era conhecido anteriormente pelo pesquisador em seus contatos anteriores com ambientes de militância, que recomendasse outras pessoas, as quais foram contatadas e, entre as que aceitaram participação nas entrevistas, solicitaram-se novamente novas indicações, até que se encerrasse a rede de contatos, não havendo novas indicações.

Nesse processo de obtenção de participantes para a pesquisa, optamos por fazer um direcionamento intencional no trajeto da bola de neve. Justificamos essa ação por nosso trabalho incluir em seus pressupostos o desejo de dar voz a pessoas de todas as identidades que compõe a comunidade LGBT. Pois entendemos que elas possuem particularidades e vivências diferentes de enfrentamento da violência simbólica segundo sua identidade.

Para que nossa intenção acima fosse contemplada, a única exigência feita aos entrevistados consistiu em, na medida do possível, que a indicação a seguir para uma subsequente entrevista fosse de uma pessoa identificada como aquela faltava ou estava em menor número no computo dos entrevistados.

Cabe-nos explicitar a motivação em nosso trabalho de incluir entre os entrevistados apenas estudantes universitários. Tal opção metodológica justifica-se pela idéia inicial que tínhamos de poder obter maior disponibilidade de recursos passíveis de utilização no

enfrentamento da violência simbólica entre os estudantes universitários LGBT quando comparados aos indivíduos LGBT na sociedade.

Essa possível maior gama de recursos teria origem no vasto campo teórico sobre gênero e sexualidade ao qual a universidade permite um mais fácil acesso. Este proveniente de estruturas pretéritas ao ingresso dos estudantes em seus cursos, composta por grupos de pesquisa dentro da temática LGBT que são referência nacional, além de uma série de outras possibilidades de contato com o movimento LGBT no que consiste da prática militante organizada, representadas por grupos e coletivos que, munidos de um cabedal teórico também, debruçam-se sobre a prática política mais estrita da militância.

Dentro da perspectiva teórica utilizada neste trabalho, a ênfase que se buscou na análise das narrativas, que com o transcorrer do trabalho será melhor explicitada, do capital social como elemento privilegiado dentro de uma recursividade, tinha em sua base uma disponibilidade desse capital maior no contexto universitário. Isso explicado pelas oportunidades existentes de contato com semelhantes LGBT, em um meio, ao menos esperado, de maior liberdade intelectual e de manifestação de identidades, e aqueles com posições políticas também semelhantes, ainda que não LGBTs. Além dessa questão, tinha-se em mente a possibilidade da transmutação de capitais em benefício da luta contra a violência simbólica, como pela utilização do capital cultural adquirido no meio acadêmico para as diversas formas de enfrentamento.

Ainda podemos embasar nossa escolha inicial de pessoas a serem entrevistadas de acordo com nosso objetivo ao realizar a presente pesquisa, o qual consiste, de acordo com a hipótese de ser o meio universitário mais fértil para tanto, em reunir uma rica série de formas de enfrentamento da violência simbólica para, posteriormente, levar para fora dos muros objetivos e simbólicos da universidade exemplos de formas concretas possíveis de existência de pessoas LGBT.

No entanto, como os parágrafos seguintes demonstrarão, as primeiras entrevistas com militantes mostraram elementos nas narrativas referentes a violências e enfrentamentos pretéritos à vida acadêmica, nesta quando por unanimidade adentram a militância. Situação essa, a ser mais detalhada, que nos fez buscar não militantes para conhecer suas narrativas, como mesmo por se aproxima um pouco mais de pessoas que

não se enquadram no perfil de estudante universitário, tão reduzido e seletivo em nosso país, assim assemelhando-se com o conjunto das pessoas da totalidade LGBT.

3.2 Passo-a-Passo da Entrevista com Militantes

Para o direcionamento pretendido quanto aos objetivos de obtenção de informação sobre a história de vida dos entrevistados, dentro da escolha não estruturada feita para tal, por permitir maior liberdade aos indivíduos na produção de suas falas ao não limitar suas respostas a questões fechadas, buscou-se realizar uma entrevista em três momentos ou eixos.

Foi feita uma conversa prévia à entrevista gravada, a qual serviu a deixar os entrevistados seguros quanto aos aspectos éticos seguidos, como o anonimato garantido, a livre escolha de falar somente sobre o que não lhe causasse constrangimento, bem como a interrupção da gravação quando fosse assim entendido necessário (**apêndice 1**).

Ainda nesse momento prévio à gravação, foi dada explicação sobre o desenrolar da entrevista, os três eixos propostos, a fim de deixar os entrevistados por dentro da dinâmica da entrevista e para não haver perdas durante as narrativas, por entendermos esses momentos como não muito bem divisíveis na realidade e porque em suas falas os eventos podem ser mencionados de forma não-linear.

Feito isso, os três eixos da entrevista dividiram-se na seguinte forma:

Experiências de Violência Simbólica: para podermos iniciar a conversa com os entrevistados e visando extrair as vivências esperadas para o trabalho, lançou-se mão da pergunta disparadora, a qual era: “Você considera que o fato de as pessoas suporem ou saberem de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero não heterossexual desencadeou algum tipo de prejuízo subjetivo ou objetivo em sua história de vida?”.

Após as falas começarem, o papel de facilitador do pesquisador consistiu em solicitar aos entrevistados que falassem sobre momentos marcantes e processos vivenciados, em termos de atores envolvidos, ambientes das situações, falas e demais elementos a fim de retratar suas

experiências. Para facilitar o resgate das memórias e a organização das idéias, a família, a escola, a universidade, o cotidiano e sua socialização, além de “ambientes da diversidade” foram mencionados para contribuir no resgate de eventos.

Insurgência: esse momento foi tratado em duas frentes. A primeira dizia respeito, a partir de possíveis elementos disparadores em suas vidas, aos eventos ou processos ocorridos no percurso de vida do entrevistado que o fizeram mudar de posicionamento diante das situações que geram “prejuízo subjetivo ou objetivo”, indagadas na pergunta disparadora. A segunda referiu-se ao “alistamento” na militância, a maneira de como e quando teve envolvimento com esta, as pessoas envolvidas no processo, o modo como estabeleceu sua rede de contatos, até ou após identificar-se como militante da causa LGBT.

Experiências de Enfrentamento: para esse momento foi necessário explicitar a definição de enfrentamento da qual tratamos, a que se refere àquelas experiências que, individuais ou coletivas, foram empreendidas buscando opor-se às situações prejudiciais e nas quais reconhece fortalecimento ou mesmo vitórias. Aqui também foi feita uma sub-divisão para auxiliar o entrevistado a atender nosso pedido por detalhes, com as experiências sendo separadas entre aquelas de “munição”: obtenção de conhecimento, seja ele acadêmico/teórico ou não, estabelecimento de sociabilidades e redes, além de outros que pudessem advir da vivência na militância de forma mais geral; e as de confronto: aquelas diretas, próprias de um enfrentamento mais direto, face à face, como por questionar diretamente uma situação, como a de discriminação, direcionada a si ou outrem ou ainda em eventos de protesto ou de visibilidade, e as indiretas, como por se portar de modo não conforme com os padrões da heteronormatividade propositalmente.

3.3 Passo-a-Passo da Entrevista como Não Militantes

Com término dessa etapa de entrevistas, ao realizarmos uma breve análise do conteúdo das narrativas, dos elementos trazidos quanto à violência simbólica e as ações desenvolvidas em suas vidas em termos de enfrentamento daquelas, observou-se diferença expressa nas falas entre o percurso de vida antes e após os eventos do processo de entrada

na militância e suas continuidades. Mudanças essas, manifestas na forma como a violência afetava suas vidas e nas maneiras desenvolvidas individualmente procurando socialização e enfrentamento das situações de violência cotidianas.

Diante dessa questão e diante de nosso objetivo de levar os achados dessa pesquisa para além das fronteiras acadêmicas, para a comunidade LGBT que vivencia a violência simbólica, decidimos entrevistar também indivíduos universitários dessa comunidade que não se identificam como militantes.

Essa mudança no percurso metodológico possui algumas justificativas, sendo parte delas propiciadas pelo próprio percurso metodológico tomado. Dentre elas temos que a maior parcela da população LGBT não é militante; vemos grande potencial no partilhamento das experiências dos indivíduos militantes geradas em sua vida por conta da militância, por seus membros aparentarem maior recursividade no enfrentamento da violência simbólica; o material das entrevistas revelou grande potencial nas formas de enfrentamento também dos não militantes, desde o momento que as entrevistas iniciais mostraram muito da dinâmica da vida dos indivíduos antes de adentrarem a militância; essa mudança metodológica ainda pode ser sustentada segundo o próprio referencial teórico utilizado, no que (BOURDIEU, 2009) discorre sobre as formas de capital, vimo-nos no imperativo de retratar as formas de obtenção e utilização de capital social no transcurso da vida dos entrevistados em seu enfrentamento da violência, como mesmo para poder fazer comparações entre os grupos.

3.4 Mudança de Percurso

Tendo o acima exposto, podemos justificar nossa mudança no conteúdo das entrevistas feitas a adequar o conteúdo delas ao novo grupo de indivíduos a ser entrevistado. Partilhando do mesmo objetivo das anteriores e para manter a uniformidade na pesquisa aqui discorrida, o esquema geral dos momentos da entrevista para os militantes foram aplicados aos não militantes. A única exceção, condizente com as características dos novos entrevistados, foi a retirada da parte referente à militância no questionamento feito.

Ainda cabe-nos salientar as dificuldades encontradas nesse momento de coleta de dados. Dois foram os problemas que nos deparamos: acesso a indivíduos de todas as identidades e a adesão daqueles contatados. Para o primeiro deles, houve a dificuldade de se encontrar pessoas bissexuais e transexuais a partir dos contatos obtidos. Isso se verifica quando obtivemos apenas uma pessoa pertencente ao T (referente aqui a transgênero, travesti, transexual) da sigla LGBT na pesquisa, ela sendo militante; para os não-militantes não foi possível encontrar. No caso de bissexuais, de certa forma isso foi contornado ao fim, por contarmos duas pessoas entre os não-militantes. No que toca ao segundo, o problema de adesão foi além do imaginado inicialmente, quando se esperava que, por o contato provir de uma pessoa de seu círculo próximo, seria mais fácil efetuar as entrevistas. Além das pessoas cujo contato procurou-se fazer e nenhuma espécie de resposta ocorreu, 6 das pessoas contatadas e que retornaram a fim de saber sobre a pesquisa e a entrevista acabaram por cortar o contato ou faltaram à entrevista após data e horário terem sido agendados.

Sem ter meios para estipular o porquê das faltas, até por não fazer parte de nosso objetivo, acreditamos que o próprio conteúdo das entrevistas, que trata de experiências tão íntimas e, na maioria, se não todas, às vezes dolorosa para quem as vive, dificulta a adesão. Evidentemente, o desconhecimento pessoal do pesquisador pode ter influenciado nessa questão, pelo mesmo motivo.

As características dos entrevistados seguem-se no quadro a seguir, conforme ordem de indicação entre os próprios entrevistados, seguindo a técnica de bola de neve.

Quadro 1: descrição das características dos universitários entrevistados.

	Identidade de gênero	Idade	Militância	Curso	Renda familiar mensal	Com quem mora
Entrevista 1	Mulher Lésbica	28 anos	Sim	Medicina	3 a 5 salários mínimos	Mora sozinha
Entrevista 2	Homem Gay	25 anos	Sim	Direito	3 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 3	Homem Gay	24 anos	Sim	Geografia	5 a 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 4	Homem gay	23 anos	Sim	Serviço Social	1 a 2 salários mínimo	Mora sozinho
Entrevista 5	Mulher Lésbica	34 anos	Sim	Pedagogia	3 a 5 salários mínimos	Mora com cônjuge
Entrevista 6	Mulher Transexual	25 anos	Sim	Letras	3 a 5 salários mínimos	Mora sozinha
Entrevista 7	Mulher Bissexual	25 anos	Sim	História	2 salários mínimos	Mora em república
Entrevista 8	Homem Gay	26 anos	Sim	Artes Cênicas	2 salários mínimos	Mora sozinho
Entrevista 9	Mulher bissexual	22 anos	Sim	Ciências Sociais	Menos de 1 salário mínimo	Moradia estudantil
Entrevista 10	Homem Gay	27 anos	Não	Odontologia	Acima de 8 salários mínimos	Mora sozinho
Entrevista 11	Homem Gay	23 anos	Não	Medicina	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 12	Homem Gay	28 anos	Não	Física	Um salário mínimo	Mora com amigos
Entrevista 13	Mulher bissexual	22 anos	Não	Ciências Sociais	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 14	Mulher lésbica	19 anos	Não	Psicologia	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 15	Mulher lésbica	21 anos	Não	Ciências Sociais	Acima de 8 salários mínimos	Mora sozinha
Entrevista 16	Mulher bissexual	22 anos	Não	Administração	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família

3.5 Delineamento Teórico Metodológico

Empregou-se a entrevista não estruturada (MATTOS, 2005), por se tratar de uma orientação metodológica que permite ao próprio entrevistado a condução do processo dialogal junto ao entrevistador, ampliando as possibilidades de lógicas, explicações e sentidos a partir de uma temática disparadora e da vivência do próprio entrevistado. Nesse processo foi fundamental a postura do entrevistador de aprofundar cada uma das narrativas com base nas palavras dos próprios entrevistados.

Nos questionamentos seguintes durante a mesma entrevista, o entrevistador exerceu uma postura reflexiva junto ao entrevistado, o processo fundamental para se captar detalhes, sem intenção de chegar a consensos ou a leis gerais, e sim os sentidos construídos nas narrativas durante o processo de entrevista. Cabe ressaltar que cada momento de entrevista foi tomado como construção social, nascido na dinâmica das relações sociais de modo interativo, coletivamente, historicamente elaborados e construídos na interação de entrevistador e entrevistado (SPINK, 2010).

As entrevistas foram registradas em gravador digital e transcritas na íntegra, com média de duração de 40 minutos de gravação. As transcrições foram lidas integralmente e, após apropriação de seus conteúdos, foram realizadas seleções de falas, estabelecendo categorias de relações. Inicialmente o processo foi realizado para cada uma das entrevistas e, ao término, nas entrevistas como um todo.

A análise foi construída com base no arcabouço teórico de Bourdieu (2007) e Bourdieu & Passeron (1970) a respeito violência simbólica e capital social. Dada a diferença entre os conteúdos e explicações dos entrevistados militantes e não militantes, optou-se em separar os resultados seguindo essa divisão.

3.6 Considerações Éticas

Os colaboradores foram informados dos procedimentos e intenções da pesquisa e foi solicitada sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após sua explanação. A

permissão para a gravação em áudio da conversa foi pedida. Os encontros ocorreram em local privado adequado à confidencialidade dos entrevistados. Uma cópia do TCLE será entregue ao participante com informações de contato do para se houver interesse.

O projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CAAE 34999514.4.0000.0118) e respeitou a Legislação Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

4. RESULTADOS

Conforme o regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFSC, os resultados da presente dissertação foram apresentados no formato de artigo. Na medida dos interesses dos pesquisadores, respeitou-se a normalização da Revista Brasileira de Ciências Sociais.

Artigo

O *HABITUS* HETERONORMATIVO ENTRE UNIVERSITÁRIOS LGBTs

Marcelo Vieira

Rodrigo Otávio Moretti-Pires

RESUMO

Os estudos acerca da violência têm figurado de maneira privilegiada entre as pautas acadêmicas e da mídia diante da sua forte presença na sociedade. Aspecto aparentemente ignorado, a violência simbólica é elemento constante na vida das pessoas LGBT, pelas sanções da heteronormatividade e suas imposições aos não binários. O objetivo do presente artigo foi investigar os contornos dos *habitus* e o capital social desenvolvido por universitários LGBTs. O estudo foi desenvolvido com dois grupos de estudantes universitários LGBTs, aqueles identificados e os que não como militantes. Foi utilizada a entrevista não estruturada sobre a história de vida dos entrevistados, buscando experiências de violência simbólica e as formas de enfrentamento desenvolvidas diante delas, como a aquisição de capital social. A análise das do material foi construída com base no arcabouço teórico de Bourdieu acerca da violência simbólica e do capital social. A violência se mostrou como elemento cotidiano na vida dos dois grupos de LGBT, manifesta em diversos ambientes e instituições, com primazia na família e escola, desde “coisas pequenas do dia-a-dia” até formas mais diretas de preconceito e discriminação cujo conteúdo heteronormativo ridiculariza as orientações sexuais não binárias, além de reprimir ou deslegitimar as expressões das sexualidades frente aos heterossexuais. Diante dessa determinações do *habitus* heteronormativo, os indivíduos desenvolvem recursos para seu enfrentamento, cuja aquisição de capital social apareceu como elemento central em sua vontade de criar meio de existir além do binarismo, como pessoas.

Palavras-Chave: Violência Simbólica; Habitus; LGBT; Capital Social; Heteronormatividade.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da violência, em suas variadas formas de apresentação e sujeitos, têm figurado de maneira privilegiada entre as pautas acadêmicas e da mídia diante da sua forte presença na sociedade. Mesmo com as iniciativas e avanços no Brasil no início do século XXI, ainda persistem lacunas no entendimento de questões concernentes à violência, especialmente no que se referem às minorias.

Natividade e Oliveira (2013) defendem que a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) se enquadram nos debates das minorias, uma vez que divergem da heteronormatividade² e, em função disso, possuem uma posição objetiva na sociedade caracterizada por exclusões e privações, assim como por posições subjetivas que implicam em sentimento de inferioridade e tratamento desigual frente aos heterossexuais.

As orientações sexuais não binárias³ configuram-se como assunto emergente no transcurso das últimas décadas, com gradual ganho de espaço em meios distintos da vida pública, política e com crescente apropriação pelo campo científico. Notadamente é um tema de relevância nas ciências sociais, trazendo à tona as configurações sociais que constroem sentidos e discursos, em face das situações vividas pelos grupos LGBTTT, nas lutas por visibilidade e garantia de direitos.

Para definir a diversidade sexual parte-se da compreensão de que o gênero é socialmente construído, não uniforme ao longo da história possuindo variações entre diferentes sociedades e em distintos momentos ao longo do tempo (PEDRO, 2005). Suas vertentes epistemológicas transitam da subjetividade, seja dos aspectos formadores da identidade e das representações, chegando até o comportamento, desejo e erotismo, incluindo mesmo a relação à família/parentesco (LOYOLA, 1998). Logo, comportamento e

² A heteronormatividade como a norma compulsória da heterossexualidade, apoiada na ligação entre sexo, gênero e expressão da sexualidade (LOURO, 2009. p. 90).

³ No presente artigo, optou-se em utilizar o termo “orientação sexual não binária” para as identidades, práticas e orientações sexuais que não se enquadram na heteronormatividade e sua divisão entre homens e mulheres heterossexuais.

orientação sexual, na definição daquilo que promove “atração afetivo-sexual por alguém, e a vivência interna relativa à sexualidade; diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012).

Judith Butler (2001, 2003) afirma que os gêneros são constituídos como resultado de performances, ou seja, não tem existência em si, mas são realidades construídas a partir de contextos que são naturalizados, mas que são processuais e contingentes. A autora discorre sobre a insuficiência dos aspectos biológicos para a constituição do “ser homem” e do “ser mulher”, defendendo que os gêneros são constituídos através de atos que são continuamente reiterados socialmente, por exemplo, com a atribuição de nomes e termos a materialidade de características específicas do gênero, que constroem tecnologias e funcionamentos para o corpo a partir dessas denominações. Nas palavras de Butler “A performatividade não é, assim, um ato singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas” (BUTLER, 2001, p.167).

A partir da naturalização dos gêneros, construiu-se a ideia de que a performance socialmente aceita é binária, ou seja, homem ou mulher, com parâmetros instituídos através de uma relação de coerência e linha de continuidade de ações unindo o sexo biológico, ao gênero, à prática sexual e ao desejo, construindo e legitimando uma matriz heterossexual por meio de discursos (BUTLER, 2003, p.38).

O que escapa desse binarismo é adjeto e repreendido socialmente. Segundo a autora, “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (...); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.” (BUTLER, 2003, p. 25).

A diversidade sexual se justifica como conceito quando a encaramos como sendo algo alheio a um padrão heteronormativo existente, que institui a heterossexualidade como única possibilidade legítima, naturalizada, de expressão da identidade e de comportamento sexual; assim, o diverso se molda, a citar as denominações comuns, em desviante, crime, aberração, patológico, perverso, imoral (WARNER, 1993).

Esse pressuposto é uma construção social com influencia do patriarcado, em que a figura masculina é a detentora de maior força nas relações de poder, legitimada pelo dimorfismo sexual (PISCITELLI,

GREGORI, CARRARA, 2004). Algumas expressões da sexualidade firmada refere-se a abordagem biológica e fenotípica a partir da constituição genética (BRASIL, 2007).

Warner (2000) enfatiza a questão da repressão pelo modo como a cultura governa as pessoas desde a vida sexual, com domínio sobre a mais profunda intimidade de cada ser. O autor discorre sobre a negatividade que envolve o sexo em nossa sociedade e ela controlando a vida privada das pessoas, no que podemos sem dificuldade ao menos suspeitar do impacto que possui sobre os de sexualidade desviante. A influência das questões políticas construindo a vida íntima dos indivíduos também é demonstrada, no que chama de “política da vergonha”.

Em decorrência, alguns indivíduos correm maior risco de sofrerem determinadas sanções sociais baseadas conforme as praticas sexuais, se encaixadas dentre aquelas classificadas como normais ou não. Assim, segundo o “moralismo”, este entendido como a visão do que é certo para o discurso dominante, o sexo “normal” é um dos elementos que mantém o *status quo*, ao classificar como vergonhoso aquele que difere dele e a determinar quem é passível de ter vergonha merecida na sociedade(WARNER, 2000).

Quando essas dimensões teóricas sobre diversidade são analisadas pela violência física sofrida pela população LGBTT, os dados apontam que entre os homossexuais homens os eventos de violência ocorrem em suas casas, por armas brancas, muitas vezes por parceiros ou nas relações com desconhecidos, resultando grande número de vezes em morte (MOTT, 1996). Os travestis estão entre aqueles mais vulneráveis, atacados por armas de fogo na rua, muitas vezes nos locais de prostituição, ainda somando-se às relações com tráfico de drogas (CARRARA, VIANNA; 2006), enquanto às lésbicas apresentam riscos para atos violentos impetrados no lar por entes de parentesco, com agressões físicas e o conhecido estupro corretivo (CARRARA, VIANNA; 2006).

A despeito da gravidade dos casos de violência contra a população LGBTT, existe um caráter velado, quase que oculto, no que faria parte de um “compô do silencio” (MOTT, 1996), mesmo em escolas e na universidade. No que concerne à polícia, existe certa indiferença que pode ter como evidencia o número de arquivamento de

casos (CARRARA, VIANNA, 2004), dificultando o dimensionamento do problema.

Bourdieu (1970) conceitua que os grupos sociais hegemônicos, seja qual sua natureza, exercem e garantem a reprodução de sua posição social e da coesão que mantém a sociedade através de um *modus operandi*, empregando coerção aos grupos dominados, por processos ideológicos, físicos e econômicos, a partir da economia das trocas simbólicas e das posições sociais de quem pode dar e quem precisa receber, tanto em aspectos objetivos como nos subjetivos das relações sociais (Bourdieu, 1996).

Esses processos ocorrem na medida em que os grupos apresentam respostas socialmente aprendidas no transcorrer da história individual dos indivíduos, tanto na coletividade como na família através das experiências do correto e do incorreto para determinada sociedade, constituindo-se como *habitus* (Bourdieu, 2004). Nas palavras de Bourdieu, "(...) funciona como engrenagem do campo de maneira a manter a reprodução social das crenças, por meio da incorporação legítima ("*habitus*") de cada agente e da posição social - e de gênero - que ocupa na estrutura que está inserido." (Bourdieu, 2004, p.131).

Essa lógica, não se molda em realidade por leis metafísicas ou por privilégios do acaso. Nesse processo o que opera é a violência simbólica que, para Bourdieu (1997, p.22) "(...) consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la". Segundo Vasconcelos (2002) são mecanismos que tornam naturalizadas as representações ou as ideias dominantes aos indivíduos de determinada rede social. A violência simbólica se manifesta pelas instituições e agentes que as animam e no que se firma o exercício da autoridade.

Vasconcelos (2002) ainda afirma que a violência simbólica deve ser examinada a partir da adesão dos dominados, pois é um mecanismo social pelo qual se impõe tacitamente a aceitação das regras, sanções para transgressões, a incapacidade de chegar ao fundo das regras de direito ou morais, as práticas linguísticas entre outras. "Os atos simbólicos sempre pressupõem atos de conhecimento e reconhecimento, atos cognitivos por parte daqueles que são destinatários. A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são

percebidas como tais, apoiando-se em expectativas coletivas, em crenças socialmente inculcadas" (Bourdieu, 1996, p. 184).

Na temática do gênero, a violência simbólica vale-se de relações sociais desiguais veladas entre os sexos, em que os indivíduos "(...) submetem-se às normas que definem o que deve ser o corpo, não só na sua configuração perceptível, mas também na sua atitude, na sua apresentação, etc." (Bourdieu, 1983, p.201).

O objetivo do presente artigo é investigar os contornos dos *habitus* e o capital social desenvolvido por universitários LGBTs.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho foi desenvolvido com estudantes universitários LGBTs de uma universidade federal do Sul do Brasil, buscando registros sobre as experiências pessoais vivenciadas em relação à violência simbólica e aos recursos desenvolvidos para seu enfrentamento.

Foram entrevistados dezesseis universitários, nove que se identificaram como membros da militância LGBT e sete não se identificaram como tal. Empregou-se a técnica de bola de neve (BERNARD, 1995), que permite a entrevista de certa rede de socialização através dos contatos entre os participantes. Os pesquisadores solicitaram ao primeiro entrevistado que recomendasse outras pessoas, as quais foram contatadas e, entre as que aceitaram participação nas entrevistas, solicitaram-se novamente novas indicações, até que se encerrasse a rede de contatos, não havendo novas indicações.

As características dos entrevistados seguem-se no quadro abaixo, conforme ordem de indicação entre os próprios entrevistados, seguindo a técnica de bola de neve.

Quadro 1: descrição das características dos universitários entrevistados.

	Identidade de gênero	Idade	Militância	Curso	Renda familiar mensal	Com quem mora
Entrevista 1	Mulher Lésbica	28 anos	Sim	Medicina	3 a 5 salários mínimos	Mora sozinha
Entrevista 2	Homem Gay	25 anos	Sim	Direito	3 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 3	Homem Gay	24 anos	Sim	Geografia	5 a 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 4	Homem gay	23 anos	Sim	Serviço Social	1 a 2 salários mínimo	Mora sozinho
Entrevista 5	Mulher Lésbica	34 anos	Sim	Pedagogia	3 a 5 salários mínimos	Mora com cônjuge
Entrevista 6	Mulher Transexual	25 anos	Sim	Letras	3 a 5 salários mínimos	Mora sozinha
Entrevista 7	Mulher Bissexual	25 anos	Sim	História	2 salários mínimos	Mora em república
Entrevista 8	Homem Gay	26 anos	Sim	Artes Cênicas	2 salários mínimos	Mora sozinho
Entrevista 9	Mulher bissexual	22 anos	Sim	Ciências Sociais	Menos de 1 salário mínimo	Moradia estudantil
Entrevista 10	Homem Gay	27 anos	Não	Odontologia	Acima de 8 salários mínimos	Mora sozinho
Entrevista 11	Homem Gay	23 anos	Não	Medicina	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 12	Homem Gay	28 anos	Não	Física	Um salário mínimo	Mora com amigos
Entrevista 13	Mulher bissexual	22 anos	Não	Ciências Sociais	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 14	Mulher lésbica	19 anos	Não	Psicologia	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família
Entrevista 15	Mulher lésbica	21 anos	Não	Ciências Sociais	Acima de 8 salários mínimos	Mora sozinha
Entrevista 16	Mulher bissexual	22 anos	Não	Administração	Acima de 8 salários mínimos	Mora com a família

Empregou-se a entrevista não estruturada (MATTOS, 2005), por se tratar de uma orientação metodológica que permite ao próprio

entrevistado a condução do processo dialogal junto ao entrevistador, ampliando as possibilidades de lógicas, explicações e sentidos a partir de uma temática disparadora e da vivência do próprio entrevistado. Nesse processo foi fundamental a postura do entrevistador de aprofundar cada uma das narrativas com base nas palavras dos próprios entrevistados.

Com base nesses pressupostos, após a explicação de como se daria a entrevista a pergunta disparadora para todos os entrevistados foi “Você considera que o fato de as pessoas suporem ou saberem de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero não heterossexual desencadeou algum tipo de prejuízo subjetivo ou objetivo em sua história de vida?”.

Nos questionamentos seguintes durante a mesma entrevista, o entrevistador exerceu uma postura reflexiva junto ao entrevistado, o processo fundamental para se captar detalhes, sem intenção de chegar a consensos ou a leis gerais, e sim os sentidos construídos nas narrativas durante o processo de entrevista. Cabe ressaltar que cada momento de entrevista foi tomado como construção social, nascido na dinâmica das relações sociais de modo interativo, coletivamente, historicamente elaborados e construídos na interação de entrevistador e entrevistado (SPINK, 2010).

As entrevistas foram registradas em gravador digital e transcritas na íntegra, com média de duração de 40 minutos de gravação. As transcrições foram lidas integralmente e, após apropriação de seus conteúdos, foram realizadas seleções de falas, estabelecendo categorias de relações. Inicialmente o processo foi realizado para cada uma das entrevistas e, ao término, nas entrevistas como um todo.

A análise foi construída com base no arcabouço teórico de Bourdieu (2007) e Bourdieu & Passeron (1970) a respeito violência simbólica e capital social. Dada a diferença entre os conteúdos e explicações dos entrevistados militantes e não militantes, optou-se em separar os resultados seguindo essa divisão.

O projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CAAE 34999514.4.0000.0118) e respeitou a Legislação Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O *Habitus* Heteronormativo

Entre os entrevistados não militantes, a violência simbólica foi descrita predominantemente por exemplos cotidianos, com grande destaque ao que foram considerados como “(...) coisas pequenas do dia-a-dia” (Entrevista 12), tais como cumprimentos e formas de tratamento nas quais o conteúdo heteronormativo ridiculariza as orientações sexuais não binárias. Outro sentido construído por esses entrevistados referiu-se à vivência constante devaloração em todos os ambientes sociais das orientações sexuais não binárias como anormalidades, aberrações e absurdo, sendo que a família apareceu como um grupo de discriminação de gênero e de conservadorismo heteronormativo.

Entre os entrevistados militantes as expressões de violência simbólica foram semelhantes as dos não militantes. Revelaram experiências sobre a necessidade de reprimir as expressões de suas sexualidades ou com manifestações de deslegitimação frente aos heterossexuais. Particularmente entre os militantes bissexuais, um sentido de pouco pertencimento foi ressaltado inclusive no meio LGBTTT, onde muitas vezes são tomados como indefinidos.

É muito difícil tu falares de violência sem ter um olho roxo pra mostrar. As pessoas não dão importância, peso pra isso. (Entrevista 7)

Dentro da minha orientação acho muito difícil existir em diversos espaços por a bissexualidade não ser interpretada como algo sério, nem em espaços LGBTTTT algumas vezes. (...) Se te colocas como bissexual vão sempre te ver como transeunte entre esses grupos. (Entrevista 7)

Mas eu vejo também que não é apenas uma “pequenez”, é ao mesmo tempo uma dificuldade para frequentar um espaço público, demonstrar sua afetividade sendo não heterossexual. É tudo mais complicado, porque não é só aquela

violência que a pessoa te ofende, é o olhar, a maneira como os outros te observam, pelo jeito como andas, pela roupa que vestes. (Entrevista 3)

Violências principalmente acontecem comigo quando olham minha carteira de identidade e olham um nome não compatível com a imagem e me chamam de cara, meu, mano, me tratam no masculino, me ridicularizam falando, por exemplo: “achei que era uma mulher”. (Entrevista 6)

Na medida em que o *habitus* para Bourdieu (2007) é um sistema de estruturas sociais “estruturadas e estruturantes”, que promove a geração unificada de práticas e ideologias características do grupo dos agentes pode-se entender o contexto de constantes atos de violência simbólica contra características de orientação não binárias como performativas do que pode ser chamado de *habitus* heteronormativo que, como tal, implica para os entrevistados em representações sobre si e sobre a realidade que parte do descompasso entre o que os entrevistados são e o que deles se exige ser em seu grupo social. Esse *habitus* heteronormativo se reproduz na desvalorização dessas pessoas, de seus valores, aspirações de mundo, e mesmo de identificações, operando pela incorporação pelos entrevistados de um modelo de ser heterossexual que não se adapta ao que as diversas possibilidades que poderiam compreender as diversas orientações não binárias, excluindo-as e perpetrando constante reprovação pelos agentes, reproduzindo em suas práticas e performances de ser no grupo social.

Conforme afirmado por Gomes (2008, p.91), na sociedade brasileira é constante a expressão para com as orientações não binárias de “(...) atitudes negativas e contextualizadas, locais e situadas, porém que gozam de certa cumplicidade social e de certo eco em determinados grupos sociais”. Carrara e Vianna (2006), afirmam que as pessoas de orientações sexuais não binárias e que revelam publicamente suas características de gênero consideradas incongruentes com o genital com o qual nasceram, a depender do grau de inconformidade socialmente entendida, são mais atingidos por violência e discriminação.

Nesse tocante, além a violência simbólica se mostrou ainda mais contundente quando os entrevistados militantes e não militantes quando

se referiram aos laços afetivos, havendo constante pressão na instituição familiar e na escolar para que haja adequação dos comportamentos aos heterossexuais, mesmo quando as pessoas com as quais conviviam tinham conhecimento sobre a orientação sexual não binária. Nesse repertório, foram relacionados como autores de discursos condenatórios pais, parentes próximos, colegas e professores.

No ensino médio eu comecei a perceber que gostava de mulheres, apesar de eu não nunca agir em relação a isso, por meu ensino médio ser muito preconceituoso. Colegas e professores faziam piadas com gays, até entre minhas amigas, mas mais pelos homens, até mesmo professores, fazendo piadas. (Entrevista 15)

Me identifico como lésbica desde criança, e por eu ser bem menininho na maneira de agir e vestir. Desde pequena na escola (seis anos) eu era xingada de nomes como sapatão. Na família, era chamada de príncipe ao invés de princesa. Eles procuravam ignorar a minha sexualidade. (Entrevista 14)

Não perdi nenhum amigo, apesar de ouvir que apenas sou lésbica porque não conheci o homem certo. (Entrevista 14).

Começa desde a escola, no ensino fundamental, quando aquele menino que é considerado afeminado, é caracterizado de uma maneira inferior aos outros, e já sofre aquele bullying. Eu nem tinha tinha consciência do que era aquilo, ainda não havia “despertado a minha sexualidade”, e aquilo era muito abstrato porque eu pensava: “por que estão me chamando assim?”. (Entrevista 3)

Essas considerações remetem novamente a questão do *habitus* heteronormativo, em sua constituição no seio familiar. Para Bourdieu e Passeron (1992) tanto a família como o ambiente escolar são

fundamentais para a assimilação de mensagens e para a normalização de condutas dos sujeitos. Os autores defendem que as ações pedagógicas nos ambientes de ensino caracterizam-se objetivamente como violência simbólica e, na temática aqui discutida, pode ser pensado que impõe um padrão heteronormativo em suas práticas a partir de construções sociais que determinam a heterossexualidade como correta e única forma de se uma pessoa ser considerada correta, inculcando nos estudantes essa mensagem.

Paralelamente, entre os próprios estudantes – e até no seio familiar – nas relações no interior das escolas é frequente o *bullying* de gênero, manifestando-se por risos, chacotas, exclusão e agressão física. Sendo uma fase da vida de experimentação e formação da identidade sexual, as consequências podem ser traumatizantes e inclusive levar suas vítimas a omitirem sua identidade de gênero por muito tempo, conforme Lacerda et al (2002).

Em algumas entrevistas dos não militantes, a violência simbólica familiar se manifestou como a desconsideração total inclusive em se discutir diversidade sexual, estabelecendo-a como tabu familiar, ao ponto de se mudar de assunto caso a temática entrasse em pauta. Quando dito, o conteúdo dos discursos era construído através de sutilezas discriminatórias, ou pelo tratamento da diversidade sexual como doença e/ou desvio, sendo que alguns entrevistados não militantes se submeteram a relacionamentos heteronormativos como forma de tentar adequar-se aos padrões.

Eu tenho um primo que é travesti, quando falam dele, não sabem lidar, como chamar, fazem brincadeiras pelas costas dele, não sabem como lidar. (Entrevista 12)

Tive uma namorada, para tentar esconder dos outros e até de mim mesmo que eu era gay. Sofri muito com isso, por que me sentia agredido o tempo todo e ainda tinha que ficar fingindo que não estava sofrendo. Parecia que a qualquer momento iriam descobrir que eu não gostava de mulheres e iam me agredir e me isolar. (Entrevista 11)

O ambiente familiar é um espaço de conflito para os universitários militantes, pelas mesmas questões apresentadas pelos não militantes, inclusive no dilema de se assumir e desejar manter relações familiares em famílias que os excluem. É ali no ambiente familiar que as pessoas de orientações sexuais não binárias aprendem mais cedo a utilizar formas de ocultamento de si e de sua sexualidade. Em uma outra perspectiva, os militantes atribuem ao ambiente familiar a internalização do sentimento de que as pessoas de orientações sexuais não binárias merecem sofrer e devem aceitar sem relutância o sofrimento. Entre os transexuais e travestis todo esse panorama foi descrito como mais contundente.

Na própria família eu não tenho isso resolvido ainda. E pra tu te colocares enquanto sujeito diferente, fora do padrão da família, é muito difícil. Porque ao mesmo tempo que não queremos perder o contato familiar, tampouco queremos que seja uma família a sempre perpetuar aquele discurso agressivo que machuca dentro. (Entrevista 3)

Para minha mãe reconhecer uma filha como lésbica seria um problema gigantesco a se tratar dentro do ambiente familiar. (Entrevista 9)

As experiências de violência simbólica nos espaços públicos entre entrevistados militantes foram retratadas com sentimentos mais intensos do que entre os universitários não militantes. Para os militantes, há dificuldade de transitar nesses espaços sentindo-se livres, por haver uma série de manifestações sutis que os coloca no que foi chamado de “estado de vigilância”. Esses universitários questionaram diversas vezes que essa manifestação não ocorre com heterossexuais. Outra diferença foi a maior presença das expressões de violência simbólica eufemizada, tornando-a mais velada em termos como “apenas não gosto” ou “até respeito, mas não aceito”, assim como o discurso de que não se

dissociam as discriminações de gênero de outras, tais como a étnico-racial, padrões corpóreos de magreza e a econômica.

Não, eu não estou errado. Eu to demonstrando a minha afetividade, as pessoas hétero fazem isso o tempo todo. por que eu não tenho direito? (Entrevista 3)

Percebo perigo em qualquer lugar público em que eu esteja expressando um lado da minha sexualidade que não seja da heteronorma. (Entrevista 7)

Mas é constante, é tú andares todo dia e as pessoas rirem ou falarem alguma coisa ou apontarem ou te olharem com olhar hostil, as práticas das pessoas também contigo de não querer interagir e essa hostilidade que cerca. (Entrevista 6)

Se tornou mais consciente essa violência depois que assumi minha identidade. (Entrevista 6)

(...) Sei lá, é pra dar vontade de se matar o tempo todo porque é muito ruim tu não conseguires existir, tu não conseguires simplesmente ser e estar em um lugar, de boa. (Entrevista 7)

Porque hoje estamos em uma sociedade na qual as pessoas não podem dizer: “ah eu detesto gay”, pega mal. Ainda há gente que fala isso, mas pega mal. (Entrevista 3)

Quando tinha namorada eu não ficava à vontade para abraçá-la, me sentia muito reprimida. Por eu ser lida como alguém expressão de gênero muito mais masculina, não com a feminilidade padrão, e eu acho isso legal, eu não entrava nos padrões que os médicos meus professores tinham e eles me tratavam como se fosse homem. (Entrevista 1)

E todas as vezes que fiquei com meninas e saia com elas, a gente tem essa preocupação de não demonstrar afeto, porque sabemos que as violências acontecem. (Entrevista 9)

Quando a gente tá no contato olho no olho, pessoal, as pessoas às vezes modificam o discurso quando veem tua postura. Dá aquela disfarçada, a sutileza da discriminação. Aí quando você se coloca, se afirma, fala tua posição contrária. (Entrevista 9)

Ao se submeter ao desempenho de um comportamento social que seja tomado como heterossexual, os entrevistados como que vestiram o *habitus* heteronormativo, o conseguindo – mesmo que por apenas um período – manter certa posição na estrutura social em que estavam inseridos, mas também reproduzindo suas marcas ao não questioná-lo. O enfrentamento frente ao *habitus* heteronormativo pela inadequação de quem se é com o que o grupo social pretende que o sujeito seja é complexo, uma vez que há riscos de gerar distancia social entre as posições garantidas pelo *habitus*, em um panorama conjuntural que reafirma as estratégias e processos simbólicos para manter e regular as relações entre a estrutura socialmente construída e a agência (BOURDIEU, 1983).

Os entrevistados apontaram para a falta de exemplos e referências de orientações sexuais não binárias em seus processos vivenciais, particularmente nas cidades pequenas e conservadoras. Em relatos em que existiram referências, a interação social com essas pessoas acabou por estereotipá-las, principalmente por ridicularizá-las, fortalecendo a rejeição a todos que não são heterossexuais, incluindo nesse contexto os padrões e estereótipos empregados pelos meio midiáticos.

Minha mãe até me questionou quando eu tinha 18 anos “quando vais levar uma menina lá em casa?”. Lembro de ficar todo vermelho, e senti aquilo como uma violência, por ser uma cobrança de algo que não é meu. (Entrevista 12)

(...) quando todos os primos e primas traziam namorados e namoradas (heterossexuais), ficava a pressão na minha família; ‘quando ele vai trazer alguém também?’” (Entrevista 11)

(...) por ser bi, as pessoas me pressionam a “escolher um lado”. Se decide logo como hétero, ou lésbica!” (Entrevista 16)

Na hora da “paquera” já sofri até mais pressão no grupo LGBT, porque já que não tenho vontade sempre de pegar todas as meninas que vejo, elas fazem pressão “vira hétero logo, você não combina com nós lésbicas”. (Entrevista 16)

A esse respeito, Bourdieu (1999) declara que “a opressão como forma de ‘invisibilização’ traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade” (p. 143-4). Ainda sobre a questão de invisibilidade de referências públicas e nas relações sociais dos sujeitos, Valadão e Gomes (2011) afirmam que existem reflexos inclusive em como as orientações sexuais não binárias são desconsideradas frente aos serviços de saúde, em que todos os pacientes são tomados por heterossexuais e, quando se declaram não heterossexuais trazem dificuldades para a abordagem dos profissionais de saúde.

Os entrevistados ainda apontaram que houve internalização dessas regras de funcionamento social em que suas orientações sexuais poderiam ser consideradas na infância e adolescência como inadequadas, gerando medo de sofrer retaliações públicas e familiares, originando problemas de auto aceitação de suas identidades sexuais e/ou expectativa de que se tratava apenas de uma fase que iria passar e se tornariam heterossexuais. Outra consequência mencionada pelos entrevistados refere-se à dificuldade de relacionamento afetivo desenvolvido e cujas consequências ainda se manifestavam na época da

entrevista, incluindo aqui certo sentimento de culpa por não se adequar aos padrões aceitos socialmente.

(...) quando eu confirmei que era gay pra minha mãe, ela perguntou se eu queria revelar isso pra família, e ela perguntou se eu não pensava nela, na impressão que o filho dela ia causar na família, e isso magoou bastante. (Entrevista 11)

(...) minha mãe não permitiu conviver com uma amiga, por entender ela como má influência por ser lésbica, seria muito “arriscado” segundo ela. (Entrevista 13)

(...) ela (a mãe) me questionou sobre a amiga, ao eu dar a entender que tinha relacionamento com ela, ela me tirou celular e computador, além de me deixar trancada em casa um mês e me tirar pra fora da escola. Após esse mês, ela me mandou para um colégio de freiras, mais conservador. (Entrevista 13)

E até hoje eu não consigo falar nada que envolva minha sexualidade com a família, por eu ter criado um estigma. (Entrevista 13)

O resultado disso é que até hoje eu não consigo me relacionar intimamente com outros e outras de maneira confortável, por carregar essa culpa, sendo sustentada, tutelada, por uma família que não aprova minha sexualidade. (Entrevista 13)

Com meus pais, eu demorei pra falar com eles, e quando falei, eles me fizeram sentir vergonha de ser lésbica, repetiam frases como “é só uma fase”, ou “que desperdício”. (Entrevista 15)

Para os militantes, a postura de hostilização dos grupos sociais para com a diversidade sexual leva as pessoas a fugirem da interação com as pessoas de orientações sexuais não binárias, gerando isolamento

daqueles que se assumem enquanto tal, incluindo aqui questões como o uso do nome social.

Depois que comecei a conviver mais com pessoas LGBT, que comecei nossa, cara, eu tava fechando meu mundo assim por conta de padrões que na verdade não existem, que eu me limitei e não pensava meu próprio sexo como atrativo, como possibilidade de relação, nunca pensei como possibilidade de relação. E isso é muito a questão da violência simbólica que esta imersa na sociedade, que são coisas não ditas claramente, mas elas perpassam as estruturas da sociedade e acabam te limitando. Às vezes a gente esta limitado e não reconhece, não sabe. (Entrevista 9)

Se o *habitus* heteronormativo for tomado como uma padrão histórico e socialmente construído pelas experiências sociais dos entrevistados, que define seus modos de perceber, sentir e pensar a sua própria sexualidade, tanto a esperança de se tornar algum dia heterossexual relatada, como as dificuldades para o estabelecimento de relacionamento nas orientações sexuais não binárias pode ser entendida, haja vista para o longo processo de incorporação e de reprodução de práticas e maneiras socialmente aceitas de ser nos grupos sociais dos entrevistados.

Na medida em que os entrevistados foram universitários, apresentaram que os currículos dos cursos de graduação também impetram violência simbólica com relação às orientações sexuais não binárias, na medida em que todos os assuntos partem dopressuposto que a sexualidade tem uma normalidade heterossexual e biológica, com manifestações implícitas e explícitas de preconceito ou desconhecimento sobre diversidade sexual em seus enfoques, cujo silêncio foi interpretado pelos entrevistados como uma manifestação de violência simbólica. Os entrevistados militantes assumem o espaço universitário como um dos mais importantes “reprodutores por excelência” do *habitus* heteronormativo.

No meu curso de graduação, especificamente, tem dois lados. Os alunos eu imagino que 90% aceitam essa questão bem, mas os professores é o exato oposto. Em

algumas aulas em que essa questão é levada à tona, às vezes eu me sinto constrangido, por os professores às vezes dão declarações que mostram seu conservadorismo e despreparo para tratar do tema. (Entrevista 11)

Esse ponto é particularmente importante, para muitos desses entrevistados é no período em que cursam a universidade que conseguem estabelecer-se em um espaço social em que sua orientação sexual não binária pode se tornar visível socialmente. Além disso, todos apontaram a importância da formação de profissionais que entendam a sexualidade humana como diversa e não necessariamente binária, o que teorizam que poderia modificar progressivamente a sociedade em relação à temática.

Na perspectiva de Bourdieu (2001) os sistemas escolares tem o poder de legitimação e perpetuação da ordem social. Desconsiderar a não binariedade no ensino de graduação é reafirmar a hierarquia fundada na afirmação da heterossexualidade como dominante e normal. Bourdieu ressalta que as instituições educacionais tem uma força formadora por se tratar de “(...) uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação (...)” (BOURDIEU, 2001, p.211).

3.2 O Capital Social que Inclui Orientações Sexuais Não Binárias

Para os entrevistados não militantes, há grande importância em laços de amizade construídos com pessoas heterossexuais que não os discriminem, na medida em que simbolizam segurança e sentimento de relacionar-se com semelhantes. O desenvolvimento desses laços foi estabelecido na idade adulta, muitas vezes por mudaram de cidade, buscando um espaço em que pudessem assumidamente externar sua orientação sexual sem a vigilância familiar. Nesse sentido, a amizade com heterossexuais é valorizada como enfrentamento interno das regras construídas através da violência simbólica vivenciada.

Convivo em meios mais “permissivos” em relação a isso, meus amigos, as festas que eu vou, são frequentadas por pessoas como eu. (Entrevista 15)

(...) ao sair e fazer amigos como essa minha amiga hétero, mesmo que ela não enfrente as mesmas dificuldades e pressões que eu, só por ela perceber homossexuais como algo normal, já me faz sentir seguro, ao perceber que existem outras pessoas que pensam como eu, e no meu círculo de amigos, são todos muitos parecidos comigo. (Entrevista 12)

Entre os estudantes militantes, a importância da universidade como espaço para conhecer outras pessoas com orientações sexuais não binárias foi aludida como fundamental em suas vidas, propiciando a construção de amizades e relacionamentos que não tinham possibilidade anteriormente.

Meu melhor e minha melhor amigos são gays e isso foi também um fator muito marcante porque são duas pessoas que me acompanham desde os dois anos, mesmo colégio. E acho que foi aquele momento de ver, “é essas pessoas são assim” e o que meus pais falavam não é a realidade. (Entrevista 7)

De ir conhecendo semelhantes, que pensam parecido, que às vezes vêm de um contexto e de uma série de agressões e violências que te oferecem alguém para dialogar, que te entenda. (Entrevista 7)

Um aspecto importante destacado entre os entrevistados militantes foi à existência de momentos de troca de experiências com pessoas que possuem trajetórias de vida semelhantes, sendo que a militância surgiu como espaço emblemático, mas não exclusivamente. As relações estabelecidas com as pessoas com que se relacionam na militância, por meio das trocas estabelecidas, oferecem ganhos como

aumento da auto estima segundo os entrevistados, incluindo a percepção de que não enfrentam sozinhos os diversos dilemas referentes as orientações sexuais não binárias.

Já na universidade eu já fiz mais esse processo de passar da vergonha para o orgulho. (Entrevista 3)

Eu acho que ter contato com esse espaço, contexto trouxe novos problemas. Mas, por outro lado, possibilitou o surgimento desse, que falta, espaço seguro. (...) querendo ou não eu acho que fui ficando mais forte com a troca de experiências, eu fui adquirindo mais experiências pra mim mesma sobre como me portar, como reagir, quando reagir e quando deixar passar porque algumas vezes isso é melhor. E é isso, foi me ajudando nesse sentido da troca de experiências fornecer mais táticas de como saber existir nesses contextos. (Entrevista 7)

Então esse enfrentamento e esse despertar pra mim vieram muito mais pelas experiências de outras pessoas do que a minha própria. (Entrevista 7)

Tendo esse contato e vendo que tantas pessoas conseguem existir, vai te dando força pra veres que não estás sozinha, que não és a única. E que há exemplos pra te espelhares. (Entrevista 7)

Apreendi com outros o poder de ser o protagonista de poder retrucar contra todas as opressões que tu sofres. (Entrevista 7)

Entrei na universidade pelo movimento LGBT. Meu mundo foi com as bichas... O que faz eu estar com cinco caras discutindo questões financeiras? Olha a perda de potencial, to deixando de falar com os LGBT, socializar, falar sobre homofobia e socializando com um bando de

caras hétero que me agridem simbolicamente por suas posturas, palavras. (Entrevista 4)

Outro aspecto destacado sobre a militância refere-se ao sentido de que, em suas vivências, foi ali que aprenderam diversas estratégias e táticas para firmarem a identidade sexual e como existir em diversos espaços. Também o grupo de militantes foi definido como uma rede de apoio, na medida em que ocorrem verdadeiras trocas materiais, culturais e simbólicas, especialmente quando a violência se manifesta contra algum de seus membros.

O que vem me fortalecendo, me dando auto-estima, são muito as trocas que eu faço com as outras pessoas, com quem me relaciono. Nunca conseguiria ter um enfrentamento direto se eu não tivesse essas pessoas me dando força. (Entrevista 9)

Por mais que haja afinidade com algumas pessoas, determinados assuntos não são passíveis de conversa. E esses contextos criam a possibilidade do surgimento dessas redes de apoio, de ajuda, que façam com que tenhas ciência, primeiro que há pessoas às quais possas recorrer, caso necessites ajuda, conversar, pessoas que entenderão, vão trocar idéias contigo ou te apoiarão até mesmo que partam pra briga contigo se for o caso e que não vão te menosprezar, considerar exagero. (Entrevista 7)

Fui ver também que às vezes eu poderia ler sei lá 10 textos falando sobre violências como a simbólica, psicológica, econômica, e não ia conseguir entender bem. Aí às vezes quando partes pra prática e trocar experiências, todos esses termos acadêmicos que acabamos cunhando

e gerando e trabalhando tornam-se de mais fácil compreensão na prática através da experiência de outras que conseguem relacionar com as tuas. (Entrevista 7)

Porque quando estamos militando, estamos fornecendo subsídios às pessoas que estão sofrendo opressão também. De mostrar pra elas que não estão a sós, que também podem reagir, que não são inferiores. (Entrevista 3)

Tu aprendes a criar mecanismos pra se desviar desses meninos, desses ambientes, e tu aprende a detectar qual ambiente é transitável e qual não, os horários mais transitáveis. (Entrevista 6)

A importância do estabelecimento de laços sociais é uma das vantagens do Capital Social, na perspectiva de Bourdieu (2001b). O Capital social garante vantagens e oportunidades, por agregar recursos objetivos e simbólicos para os processos sociais dos membros de determinado grupo social, conectando-os em uma rede durável de relações de familiaridade e reconhecimento.

Nesse sentido, a existência de referências diárias de pessoas de orientação sexual não binária nos locais de convivência também foi valorizada, no sentido de que a visibilidade dessas pessoas garante segurança e sentimento de pertencimento, indicando a construção de capital social na perspectiva de Bourdieu (2001b). A possibilidade dos casais não binários frequentarem ambientes públicos também foi considerada como fundamental na desconstrução dos padrões construídos pela violência simbólica, com efeitos de maior segurança pessoal, gerando sentimento de existência social, de demonstrar seu modo de viver, além de desconstruir concepções preconceituosas para todos.

(...) sair de casa é um grande passo. Então ao sair de casa e ter sua liberdade financeira te deixa seguro para se comportar da maneira que quiser,

sem se preocupar em incomodar ninguém por ir a certos lugares, aparecer em fotos, quem vai me ver saindo com pessoas do mesmo sexo. (Entrevista 12)

Em Florianópolis comecei a naturalizar ser gay, que tinha mais gente como eu, e que não precisava ser 'bicha louca' para ser gay. Via homens gays, vivendo e trabalhando normalmente. (Entrevista 10)

Eu tive sorte de que desde o primeiro cara gay que eu fiquei eram pessoas super legais, o que me ajudou a acabar com o preconceito que eu mesmo tinha com os gays, de serem mais promíscuos, de todos terem AIDS, etc. (Entrevista 10)

Aqui em Florianópolis em quase nenhum lugar me senti desconfortável em ser gay, pois todos os lugares que frequento aqui outros gays também frequentam. Então aqui, me sinto a vontade confortável, diferente da minha cidade de origem onde eles não aceitam mesmo, excluem as pessoas que são gays. (Entrevista 10)

As relações estabelecidas entre os entrevistados em grupos em que o *habitus* permite a inclusão de orientações sexuais não binárias reforçaram suas possibilidades de ser, inclusive pelo sentimento de pertencimento e proximidade, que foi considerado um valor e que permite trocas simbólicas de diversas naturezas, tais como o convívio e a segurança nos espaços públicos.

Também a experiência de relacionamentos com pessoas que tenham a mesma orientação sexual não binária, tem um sentido de desconstrução do discurso do gênero não binário como errado, pernicioso ou perverso. Na construção da rede social dos não militantes foi marcante o papel das redes sociais, tais como Facebook e grupos de WhatsApp, e os aplicativos específicos para o público não heterossexual. Os entrevistados apresentaram que, através desses mecanismos, conheceram pessoas próximas que eram invisíveis em

termos de orientação sexual não-binária, por se constituírem como espaços específicos para esse público e que, dessa maneira, geram possibilidades de contatos, trocas de experiências e amizades, sendo entendido como uma estratégia fundamental para a construção de laços, que nem sempre se transformam em relacionamentos de casais.

(...) tem um grupo no facebook de estudantes do meu curso de graduação de gays e lésbicas (...). La cada um posta suas experiências de vida, na faculdade, na formatura, na adoção de crianças. Esse grupo cria laços de amizades e conforta a gente. (Entrevista 11)

Tenho contato com outras pessoas LGBT, principalmente na internet, cada um compartilhando suas histórias e suas lutas. (Entrevista 14)

As redes sociais, com sua ampla abrangência em termos de número de pessoas, são outra forma de laços sociais importantes para os estudantes militantes, por se constituírem como espaço para troca de experiências de violência e material teórico para saber lidar com ela.

O G-20 é um Grupo do facebook que reúne quase 10.000 pessoas, de universitários que não são hetero ou que não são cis. Nele as pessoas contam sobre problemas que sofreram na universidade, mas também espaço de socialização de artigos, livros, resposta a dúvidas, com pessoas mais familiarizadas com os temas. Ali é um espaço de muito aprendizado, muita construção coletiva. (Entrevista 3)

São pessoas que tem a vivência diária, então além de saberem do assunto, elas também sofrem diretamente com a opressão cis-heteronormativa. (Entrevista 3)

O meio virtual é bastante importante, até porque muitas vezes a militância se manifesta na rua ou em atos específicos só após acontecer algum problema muito grande, como um assassinato, ou uma discriminação porque um casal se beijou no shopping. Então esse momento das mídias em geral elas são diárias, têm uma linearidade, de estar nutrindo as pessoas com assuntos e discussões e problematizando. (Entrevista 3)

Bourdieu afirma que o estabelecimento de laços sociais é fundamental no desenvolvimento de capital social, entendido pelo autor como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1958, p. 248). Nesse sentido, os entrevistados apontam a possibilidade de discutir com um grupo de pessoas que os aceitam como não heterossexuais ou que também apresentam a orientação sexual não binária é um recurso fundamental para sua constituição enquanto possibilidade de ser o que se é frente a sua história regada pela violência simbólica heteronormativa, conforme descrita acima.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de relevância da temática para a sociedade brasileira, muitas ainda são as lacunas tanto de investigação como de avanços significativos para as pessoas de orientação sexual não binária.

A instituição familiar e as instituições de ensino, ainda são espaços de reprodução do *habitus* heteronormativo, com manifestações importantes de violência simbólica contra pessoas não heterossexuais. Seja pelo sofrimento de revelar-se não heterossexual ou a necessidade de esconder-se, travestir-se como tal, não há razões razoáveis além do *habitus* que justifiquem o sofrimento de pessoas de orientação não binária desde a infância.

Particularmente a universidade se mostrou como espaço importante de liberdade e de reconstrução, onde a militância apresentou-

se como um grupo de grande capital social para as pessoas não heterossexuais.

Como reflexão final fica o indicativo tanto de investigações como de ações concretas, no âmbito da universidade e externo a ele, que possibilitem uma vida em que, parafraseando uma das entrevistadas militantes, as pessoas possam existir socialmente independente de suas orientações sexuais, binárias e não binárias, sendo pessoas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001b, pp.67-69.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claud. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Cadernos SECAD4 - Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015505.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira.Lopes.(org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Riode Janeiro. **Physis: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 233-249, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMEZ, Maria Mercedes. **Violência por Prejuicio**. In: MOTTA, C. e SÁEZ, M. (orgs.). **Lavirada de Los Jueces**. Vol. 2: Sexualidades Diversas en la Jurisprudencia Latinoamericana. Bogotá: Siglodel Hombre Editores, American University Washington College of Law, Center for reproductive Rights, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília, 2012.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.15, n.1, p. 165-178, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. v. 32. p. 85-93.

LOYOLA, Maria Andréa. Apresentação. In: LOYOLA, M. A.(Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 1998.

MOTT, Luis. Homofobia: a violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis no Brasil. San Francisco, USA: Editora IGLRHC, 1996.

NATIVIDADE, Marcelo.; OLIVEIRA, Leandro. **As novas guerras sexuais:** diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Gramond, 2013.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. São Paulo, v.24, n1, p.77-98, 2005.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. Apresentação. In: **Sexualidade e saberes:** convenções e fronteiras. PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

VALADAO, Rita de Cássia; GOMES, Romeu. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis*, 2011, vol.21, n.4, pp. 1451-1467 .

VASCONCELLOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu**: A herança sociológica. *Educação & Sociedade*, v.23, n.78; 2002.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet**: queer politics and social theory. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

WARNER, Michael. **The trouble with normal**: sex, politics, and the ethics of queer life. Cambridge: Harvard, 2000.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de relevância da temática para a sociedade brasileira, muitas ainda são as lacunas tanto de investigação como de avanços significativos para as pessoas de orientação sexual não binária.

A instituição familiar e as instituições de ensino, ainda são espaços de reprodução do *habitus* heteronormativo, com manifestações importantes de violência simbólica contra pessoas não heterossexuais. Seja pelo sofrimento de revelar-se não heterossexual ou a necessidade de esconder-se, travestir-se como tal, não há razões razoáveis além do *habitus* que justifiquem o sofrimento de pessoas de orientação não binária desde a infância.

Segundos os resultados aqui retratados, sugere-se a necessidade de estudos mais específicos sobre a violência simbólica, como pelas narrativas retratadas neste trabalho, sobre suas formas tão presentes no cotidiano das pessoas LGBT e sobre as formas de sua reprodução em instituições como as de ensino e a família, além do peso das conseqüências negativas na vida dos LGBT, demonstrado pelas narrativas daqueles que sofrem com a violência aqui mostrado.

Estudos adicionais, cuja limitação desta dissertação não permitiu, focados em cada uma das identidades aqui representadas como um grupo, diante de suas peculiaridades e formas de expressão da violência específicas, em especial às pessoas trans, como outros trabalhos ressaltam, as quais estão as que vivenciam a violência na sua forma mais hostil e tem seu livre ir e vir tolhido diariamente. Empenho em levar os estudos para além das fronteiras da universidade, em ambientes menos privilegiados no tocante aos recursos disponíveis para o enfrentamento da violência. E a necessidade de compartilhar experiências de enfrentamento bem sucedidas, aquelas capazes de mostrar possibilidades reais de existir desvencilhando-se das imposições da heteronormatividade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. A teoria dos movimentos sociais: um balance do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v.76, p. 49-86 2009.

BATISTA, Jandré Correa. **Apropriações ativistas em sites de redes sociais: cartografia das ações coletivas no twitter**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. , Faculdade de Comunicação Social. Porto Alegre, 2011.

BERNARD, H.Russel. **Research methods in Antropology: qualitative and quantitative approaches**. 2 ed. Walnut Creek (EUA): Altamira Press, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001b, pp.67-69.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claud. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*, n. 32, p. 1-49, 1987.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26. Campinas: Unicamp, 2006, p. 329-376.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Cadernos SECAD4 - Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar reconceitos**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015505pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

BRASIL. **O impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BURR, Vivien. **An introduction to social constructionism**. 2ed. London: Routledge; 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G.L.(org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade** (Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - Rio). Rio de Janeiro: CLAM/IMS-UERJ, 2004.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 233-249, 2006.

CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça. **Consumo problemático de bebidas alcoólicas por mulheres: discursos e histórias**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2009.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta GLBTQ no Brasil**. Caderno temático 11. Psicologia e diversidade sexual. Disponível em: http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acesso em 10 abril 2013.

FERREIRA, Tiago da Silva. “Nascemos assim!”: o movimento GLBTQ brasileiro e o perigo da estratégia essencialista (1978-2012). **Revista Eletrônica História em Reflexão**: v.7 n. 13; 2013.

GERGEN, Kenneth.J.; GERGEN, Mary. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos; 2010.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª Edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMEZ, Maria Mercedes. **Violencia por Prejuízo**. In: MOTTA, Cristina. (org.). *La virada de Los Jueces*. Vol. 2: Sexualidades Diversas

en la Jurisprudencia Latinoamericana. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, American University Washington College of Law, Center for reproductive Rights, 2008

GONÇALVES, Gean Oliveira, SANTORO, André Cioli. **Voz da diversidade:** os discursos da mídia brasileira especializada na temática gay. VII Jornada de Iniciação Científica, Universidade Presbiteriana Mackenzie; 2011.

IBAÑEZ, Tomás. **Municiones para disidentes:** realidad, verdad y política. España: Gedisa, 2001.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília, 2012.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.15, n.1, p. 165-178, 2002.

LOYOLA, Maria Andréa. Apresentação. In: LOYOLA, Maria Andréa. (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização:** uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8ª Ed. São Paulo: Zahar, 1998.

MCNAMEE, Sheila. **Research as social construction:** transformative inquiry (pesquisa como construção social: investigação transformativa). Sal. & Transf. Soc., Florianópolis, v.1, n.1, p.09-19, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo. Hucitec, 2004.

MOSCHETA, Murilo dos Santos. **Responsividade como recurso relacional para qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2011.

MOTT, Luis. Homofobia: a violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis no Brasil. San Francisco, USA: Editora IGLRHC, 1996.

NATIVIDADE, Marcelo.; OLIVEIRA, Leandro. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

OPAS. Salud y Violencia. **Plan de acción regional**. Washington, 1995.

PARKER, Richard. **Cultura, economia política e construção social da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História. São Paulo, v.24, n1, p.77-98, 2005.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. Apresentação. In: **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

PRUDENCIO, Kelly. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça social na Internet**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2006.

ROESE, Adriana; GERHARDT, Tatiana Engel.; SOUZA, Aline Correa.; LOPES, Marta Julia Marques. Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online braz. j. nurs.** (Online); 5(3), 2006.

SANTOS, Tiago Zeferino. **Quando o “estranho” resolve se aproximar:** a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão (SC). 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. **O atendimento de emergência a corpos feridos por atos violentos.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 107-126, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen, BARBOSA, Rosana Machin, SUAREZ, Marcelo Mendes. Violência e gênero: vítimas demarcadas. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.16, n.2, p. 167-183, 2006.

SOUZA, Laura Vilela.; MCNAMEE, Sheila.; SANTOS, Manoel Antonio. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. **Psicol. Soc.** vol.22, n.3, PP.598-607; 2010.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. 3ªed. São Paulo: Cortez; 2004.

VALADAO, Rita de Cássia; GOMES, Romeu. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis*, 2011, vol.21, n.4, pp. 1451-1467.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu:** A herança sociológica. *Educação & Sociedade*, v.23, n.78; 2002.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet:** queer politics and social theory. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

WARNER, Michael. **The trouble with normal:** sex, politics, and the ethics of queer life. Cambridge: Harvard, 2000.

Apêndice A: **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: Construção de sentidos da violência simbólica como realidade para integrantes do Movimento LGBT e as experiências positivas de enfrentamento como recursividade.

Este estudo compõe a elaboração de uma dissertação de mestrado em Saúde Coletiva, sob orientação do professor Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires, do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina.

Será realizada entrevista em que você expressará seus pensamentos, com duração média de 50 minutos, na qual serão feitas algumas perguntas norteadoras e você será convidado(a) falar sobre a temática.

Pedimos a sua autorização para gravação da conversa. As informações fornecidas serão utilizadas apenas para fins deste estudo, que poderá ser publicado ou divulgado para fins científicos. Seu nome será mantido em sigilo. Sua participação é voluntária e você te, inteira liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer momento, sem prejuízos pessoais.

A sua participação será de grande relevância para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo, a qual consta o telefone e o endereço eletrônico do pesquisador para contato, os quais você poderá acionar para esclarecer eventuais dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, em qualquer momento.

Florianópolis, de _____ de 2015.

Rodrigo Otávio Moretti-Pires

Eu, _____, entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – UFSC
Fones: (48) 37219388/88234271 Email: rorigo.moretti@ufsc.br

Marcelo Viera
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva –UFSC
Fones (48) 33344093/99459528 Email: marcelovieirantr@gmail.com

Anexo A

Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Discursos da Construção da Violência Simbólica como Realidade para universitáriosGLBTQs

Pesquisador: RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 34999514.4.0000.0118

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 920.732

Data da Relatoria: 14/12/2014

Apresentação do Projeto:

Pesquisa vinculada ao Programa de Pós - Graduação em Saúde Coletiva da UFSC em nível de mestrado. A coleta dos dados acontecerá através de oficinas dialógicas tendo como sujeitos de pesquisa 20 indivíduos. Cronograma da pesquisa: início em 10/02/2015 e término em 30/07/2015, sendo que a coleta dos dados ocorrerá no período de 16/03/2015 até 20/04/2015.

Menciona os critérios de inclusão e exclusão dos participantes. O recrutamento dos participantes da pesquisa ocorrerá no campus da UFSC em abordagem direta e com divulgação através de folder, cartazes e formas midiáticas para a primeira reunião, serão incluídos

os que primeiro se apresentarem devendo ser maiores de 18 anos de idade.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário: Identificar e compreender os discursos envolvidos na violência simbólica experienciada por universitários GLBTQQs da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Objetivos Secundários: Identificar as situações de violência vividas pelos sujeitos da pesquisa; Discutir os discursos que constroem a violência; Compreender os efeitos dos discursos que constroem a violência simbólica, pelos sujeitos que sofrem violência.

Continuação do Parecer: 920.732

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Consta no projeto básico de que os riscos aos sujeitos serão mínimos, por envolver exposição durante as oficinas de situações de violência experienciadas ao longo da vida dos participantes somente se estes se sentirem à vontade para compartilhá-las e diante das medidas de cuidado disponíveis como ambiente exclusivo e apoio de profissional da psicologia.

Os benefícios diretos indicados dão conta que os participantes terão um "espaço de expressão e a construção coletiva de documentos sobre as discussões durante os encontros, bem como, o apoio de psicólogo se necessário, e indiretos de identificação de formas de enfrentamento de universitários GLBTQ perante a violência simbólica que poderá servir como subsídio para outros".

Os benefícios indiretos informados dão conta de que através da

identificação das formas de enfrentamento perante a violência simbólica dos universitários GLBTQ servirá como subsídios para demais indivíduos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa descrita a partir de literatura pertinente. Metodologia bem estruturada e descrita com detalhamento das etapas da coleta dos dados. Estudo tem mérito acadêmico científico, cujo tema configura-se com um problema social e de interesse para a política inclusiva na saúde coletiva e educação.

No projeto detalhado e no Básico encontra-se descrito as linhas norteadoras da condução das oficinas que servirão para a coleta dos dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto presente, assinado e datado pelo pesquisador e pelo responsável do Programa Pós Graduação em Saúde Coletiva/UFSC.

Projeto Básico da Plataforma Brasil informa o pesquisador Marcelo Vieira no campo "equipe de pesquisadores". Incluído os campos e preencher os critérios de inclusão e exclusão.

O grau de risco em observância à Resolução 466/12 MS/CONEP, menciona como mínimo. Pela descrição dos projetos é possível concluir de que poderá ocorrer um estresse emocional e social aos participantes, pois, ao serem abordados emergirá sentimentos de vivências sobre violência sofridas. Assim sendo, o grau de risco poderá ser considerado como mínimo, as medidas de segurança encontram-se descritas.

Projeto detalhado apresentado de forma a propiciar uma leitura maior da proposta da pesquisa.

Continuação do Parecer: 920.732

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresenta o objetivo geral. A redação do TCLE está clara e bem objetiva e de fácil entendimento e compreensão. A forma de identificação do participante visando o anonimato e o sigilo será por número. Consta os nomes dos pesquisadores envolvidos na etapa da coleta dos dados. A informação sobre a metodologia, temática e tempo das oficinas encontra-se descrita. O grau de risco e os benefícios são informados no TCLE. Consta o endereço do CEPESH/UDESC sem a logo da UDESC, referencia para o participante recorrer se assim considerar necessário.

A declaração para uso de imagem e gravações de voz está anexada, bem como no TCLE, é solicitado autorização para gravação.

No campo do projeto básico - critérios de exclusão constam como sendo os menores de idade; funcionários da universidade, incluindo docentes; e pessoas que possuam algum vínculo pessoal com os pesquisadores. Como critério de inclusão ocorrerá a partir dos participantes que se apresentarem por primeiro às oficinas.

Incluído o termo para Consentimento para fotografias, vídeos e gravações.

Não encontra-se anexada a carta resposta do atendimento as pendências.

Recomendações:

Considerando o critério de exclusão que excluí os menores de 18 anos de idade, não se faz necessário o Termo de Consentimento para os pais responsáveis e o Termo de Assentimento.

Ao imprimir o TCLE retirar a marca d'agua "modelo 1" e inserir

o logo da UDESC, conforme o modelo utilizado.

Continuação do Parecer: 920.732

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

CUMPRIMENTO DAS PENDÊNCIAS:

Incluir os critérios de inclusão e exclusão na amostra dos participantes da pesquisa no Projeto Básico - PENDÊNCIA CUMPRIDA, preenchidos os campos, sendo que participantes sujeitos da pesquisa serão maiores de 18 anos de idade.

Incluir no Campo "equipe de pesquisadores" do Projeto Básico o pesquisador Marcelo Vieira - PENDÊNCIA CUMPRIDA, encontra-se incluído o pesquisador no campo Equipe de Pesquisa.

Incluir no TCLE e nos projetos o grau de risco nos projetos –

PENDÊNCIA CUMPRIDA, informado a graduação de risco como sendo mínima.

Incluir no TCLE os benefícios aos participantes da pesquisa - PENDÊNCIA CUMPRIDA, descrito os benefícios diretos e indiretos.

Incluir no TCLE o nome do pesquisador Marcelo Vieira como membro da equipe - PENDÊNCIA CUMPRIDA, inserido o nome do pesquisador.

Rever no TCLE o objetivo geral da pesquisa - PENDÊNCIA CUMPRIDA, corrigido o objetivo ao incluir àquele informado nos projetos.

Incluir o TCLE para os responsáveis se o sujeito de pesquisa for menor de idade - PENDÊNCIA CUMPRIDA, pela justificativa no Projeto Básico campo - critérios de exclusão - os menores de 18 anos não farão parte dos sujeitos da pesquisa.

Incluir o Termo de Assentimento para o sujeito da pesquisa menor de idade - PENDÊNCIA CUMPRIDA, pela justificativa no Projeto Básico campo - critérios de exclusão - os menores de 18 anos não farão partedos sujeitos da pesquisa.

Retirar do TCLE o RG em o observância a Resolução 466/12 CONEP - PENDÊNCIA CUMPRIDA

Continuação do Parecer: 920.732

Incluir no TCLE o endereço, telefone do CEP/UESC, cujo modelo encontra-se disponível no site do CEP/UESC; pois de acordo com a Resolução 466/2012, o CEP que analisa se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes - PENDÊNCIA CUMPRIDA

Incluir no TCLE o endereço do pesquisador responsável - PENDÊNCIA CUMPRIDA

Informar nos projetos os critérios de inclusão, uma vez que será feita uma divulgação para atrair os participantes e considerando de que a adesão supere o número de 20 indivíduos, qual será o critério para fechar nos 20 participantes conforme informado para o CEP - PENDÊNCIA CUMPRIDA, pois serão selecionados os primeiros que se apresentarem.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado Aprova o parecer da Relatoria, Processo Aprovado.

FLORIANOPOLIS, 18 de Dezembro de 2014

Assinado por:

Luciana Dornbusch Lopes (Coordenador)